

PROGRAMA NACIONAL DE  
**PNPE**  
PESQUISA ECONÔMICA

CRESCIMENTO ECONÔMICO E

ESTRUTURA AGRÁRIA

(A dinâmica da agricultura  
nordestina: 1950/80)

Ricardo de Medeiros Carneiro

*PROGRAMA NACIONAL DE PESQUISA ECONÔMICA  
(PNPE)*

Criado em 1973, o PNPE tem como finalidade precípua estimular a produção científica, através da promoção da pesquisa acadêmica individual na área de Economia. As entidades promotoras do PNPE são: Instituto de Planejamento Econômico e Social — IPEA, Financiadora de Estudos e Projetos — FINEP, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq. A princípio, o Programa foi administrado pelo antigo BNDE e, a partir de 1975, passou a ser gerido pelo IPEA/INPES.

PROGRAMA NACIONAL DE PESQUISA ECONÔMICA - PNPE

Série Fac-Símile nº 23

CRESCIMENTO ECONÔMICO E

ESTRUTURA AGRÁRIA

(A dinâmica da agricultura  
nordestina: 1950/80)

Ricardo de Medeiros Carneiro

(Versão apresentada ao PNPE em dezembro/84)

Rio de Janeiro

Dezembro - 1985

Os trabalhos reproduzidos na *Série Fac-Simile* são produto de pesquisas financiadas pelo PNPE e a tiragem de cada volume é de 100 exemplares. Os textos não são submetidos a nova revisão dos autores e representam a cópia fiel dos originais datilográficos entregues ao INPES/IPEA por ocasião do término dos projetos.

As opiniões emitidas neste trabalho são da inteira e exclusiva responsabilidade de seu(s) autor(es), e não exprimem necessariamente o ponto de vista das entidades promotoras do PNPE.



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I - Estrutura e Dinâmica da Produção  
Agrícola

CAPÍTULO II - Padrões de Crescimento da Agri -  
cultura Regional

CAPÍTULO III - Emprego e Relações de Trabalho

CONCLUSÕES

BIBLIOGRAFIA



## INTRODUÇÃO

Por ter sido um problema recorrente da região, o insuficiente desenvolvimento da agricultura tornou-se objeto de estudo de numerosos trabalhos. Dentre estes, destaca-se o diagnóstico cepalino, elaborado pela SUDENE, cuja relevância reside em ter abordado a questão agrária no contexto da dinâmica da economia regional. Por esta razão, e também pela pertinência das várias questões suscitadas, a reconstituição deste diagnóstico servirá de ponto de partida para a presente análise da questão agrária nordestina.

O desenvolvimento econômico e, particularmente, a industrialização, constituem os temas centrais dos estudos cepalinos sobre a economia regional. A preocupação com a agricultura surge a propósito de sua capacidade em dar suporte a um processo de crescimento centrado na industrialização. Já no primeiro estudo, elaborado pelo GTDN em 1959, o setor primário aparece como um obstáculo ao desenvolvimento:

"As causas profundas que respondem pela tendência secular ao atraso da economia nordestina - escassez relativa de terras aráveis, inadequada precipitação pluviométrica, extrema concentração da renda na economia açucareira, predominância do setor de subsistência na pecuária do hinterland semi-árido - vieram adicionar-se outras, de tipo circunstancial, decorrentes da política de industrialização."<sup>(1)</sup>

---

(1) BRASIL/SUDENE - Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. (Estudo elaborado pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste). 2a. ed. Recife, Sudene, 1967, p.10.

E, mais adiante:

"O desenvolvimento da economia nordestina tem recebido o seu impulso básico, até o presente, do setor exportador. Foram as exportações de açúcar, algodão, cacau, fumo, couros e peles, algumas oleaginosas e uns poucos minérios que lhe permitiram alcançar o atual grau de limitado desenvolvimento. No período aqui analisado, as flutuações da economia nordestina acompanharam de perto os movimentos do quantum de suas exportações, consideradas conjuntamente as vendas para o exterior e para outras regiões do país."<sup>(2)</sup>

O atraso da região é atribuído ao caráter primário exportador da economia que, contudo, guarda importantes especificidades. No setor primário, a pobreza dos recursos naturais e formas atrasadas de organização da produção individualizam a agricultura. O caráter exportador também é específico, pois o Nordeste é tratado como uma economia autônoma e, tanto o exterior quanto o resto do país, constituem seus mercados externos. A partir desta caracterização, o atraso da região é visto de uma dupla perspectiva. Conjuntamente, sua inserção peculiar no conjunto do país durante o processo de industrialização, responderia pelo insuficiente crescimento:

"As exportações para o exterior foram seriamente prejudicadas, até 1953, pela política cambial. As exportações para o Centro-Sul, não só cresceram com intensidade maior, como também apresentaram muito mais estabilidade. No conjunto do período considerado, o valor dessas últimas exportações aumentou com a mesma intensidade que a renda monetária do Centro-Sul. Contudo, como as vendas para o exterior tiveram pequena expansão, o impulso criado pelas exportações, não foi suficiente para que a economia do Nordeste acompanhasse o crescimento do Centro-Sul."<sup>(3)</sup>

---

(2) Idem, ibidem, p.11.

(3) Idem, ibidem, p.11

Apesar de relevantes, estes fatores conjunturais não eram, contudo, os principais. As verdadeiras causas do atraso regional eram atribuídas a outros elementos, de natureza estrutural:

"No entanto, deve-se observar que, sendo uma região escassa de boas terras aráveis, e de elevada densidade demográfica, o Nordeste dificilmente poderá alcançar um nível alto de renda apoiado na exportação de produtos agrícolas... A elevação da renda se traduz em grande aumento da procura de alimentos, o que, por si, já representa forte pressão sobre os recursos de terra. Ora, sendo escassos tais recursos, dificilmente se poderá conciliar esse aumento da pressão interna com uma maior exportação de produtos agrícolas. No caso do Nordeste, é necessário ter em conta que parte substancial das melhores terras já foi absorvida por uma cultura de exportação: a do açúcar." <sup>(4)</sup>

A escassez de terras de boa qualidade constituía o cerne da questão, tornando inviável a expansão simultânea de culturas alimentares e de exportação. Da mesma forma, o processo de crescimento a partir da industrialização, também seria obstaculizado, devido à rápida elevação dos preços dos alimentos, que diminuiria a competitividade da indústria local:

"Estes dados são particularmente alarmantes porque traduzem uma situação que, tudo indica, tende a agravar-se. Sendo a terra um fator escasso, em grande parte monopolizada, aliás, para o cultivo da cana de açúcar, e crescendo intensamente a população, a região inclina-se a depender cada vez mais de alimentos importados do Centro-Sul. Por conseguinte, a tendência dos preços dos alimentos é para crescer, relativamente à região sulina, reduzindo-se a pequena vantagem derivada dos preços mais baixos dos alimentos de produção local." <sup>(5)</sup>

---

<sup>(4)</sup> Idem, *ibidem*, p.51.

<sup>(5)</sup> Idem, *ibidem*, p.59.

Em síntese, o maior obstáculo ao crescimento econômico da região; que requeria uma oferta adequada de alimentos a preços es  
táveis; residia na insuficiente disponibilidade de terras de boa  
qualidade. Qualquer pressão, para elevação da produção de alimen  
tos, ao deslocar esta produção para terras inferiores na região  
semi-árida, além de elevar os preços, tornava-a instável devido às  
secas.

No documento seguinte, coloca-se mais precisamente a ques  
tão, ao agregar à má qualidade das terras, a inexistência de uma  
agricultura mercantil de alimentos. A agricultura do Nordeste,  
constituía-se de duas atividades mercantis distintas: a monocultu  
ra da cana e o consórcio pecuária - algodão. Em ambas, a produ  
ção de alimentos era realizada como apêndice, possuindo caráter de  
autoconsumo. A produção realizada em pequenas propriedades, além  
de pouco importante, era também essencialmente de autoconsumo. Por  
esta razão, o abastecimento urbano dependia dos eventuais exceden  
tes de uma produção, que não estava orientada para o mercado:

"A insuficiência da oferta de alimentos apresenta-se como  
fenômeno estrutural, pois deve-se a que os aumentos de produção -  
marginais na economia de subsistência - não acompanham o crescimen  
to da demanda. Em outras palavras, o crescimento da oferta de ali  
mentos depende mais do crescimento extensivo da economia da zona  
semi-árida, do que de uma resposta aos estímulos decorrentes do  
aumento da demanda."<sup>(6)</sup>

Como atividade subsidiária da grande propriedade, a produ  
ção de alimentos dependia da expansão das atividades mercantis, e,  
enquanto atividade principal da pequena propriedade, sua expansão

---

(6) BRASIL/SUDIENE - I Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e So  
cial do Nordeste (1961-1963). Recife, Sudene, 1966, p.122.

estava duplamente limitada: pelo caráter de autoconsumo ou subsistência e pela impossibilidade de expansão extensiva, devido à limitação imposta pela grande propriedade e suas atividades, com as quais teria que concorrer.

Ao longo do tempo, o diagnóstico cepalino, apesar de continuar a insistir na insuficiência da produção alimentar, reformula as concepções sobre suas causas. As anteriormente apontadas, embora ainda relevantes, passam a um plano secundário, cedendo lugar às questões da organização da produção. Mais precisamente, partindo da constatação de que a produção de alimentos era insuficiente e instável, acarretando preços elevados, indagava-se porquê estes estímulos não eram apropriados pela agricultura, conduzindo à sua transformação e conseqüente capitalização? A resposta a esta questão era inequívoca: os obstáculos à capitalização da agricultura residiam na estrutura agrária e no sistema de comercialização dela decorrente.

"A estrutura agrária da região desestimula as inversões na agricultura pelos seguintes motivos:

(a) a falta de segurança que tem caracterizado até o presente as relações com os proprietários, desencoraja os não proprietários (rendeiros, parceiros, etc.) a realizarem melhorias na capacidade produtiva, desde que não há garantias para usufruir os resultados. Ademais, na hipótese de realização de melhorias, o proprietário, através da percepção de parte da colheita, como renda da terra, se beneficiaria sem haver contribuído para as referidas melhorias e inversões.

(b) o pagamento da renda da terra, sobretudo em pequenas explorações, de produtividade reduzida, deprime a renda dos não proprietários (rendeiros, parceiros, etc.) mantendo-os a um nível de vida em que o esforço para sobreviver elimina as perspectivas de progresso.

(c) o contexto em que se insere o latifúndio habitua o proprietário a viver das rendas recebidas de parceiros. Isso o torna



avesso às responsabilidades administrativas, que são o pressuposto de uma produção agrícola racional, levando-o a transferir a parceiros e rendeiros os riscos e custos das culturas, sobretudo anuais."<sup>(7)</sup>

Numa estrutura agrária com predominância do latifúndio, a exploração da terra dar-se-ia, principalmente, através das pequenas unidades produtivas arrendadas de várias formas, ao latifúndio. As relações estabelecidas entre latifundiários e pequenos produtores seriam de tal natureza que o excedente, porventura, obtido por esses produtores, transferir-se-ia ao proprietário sob a forma de renda da terra, inviabilizando a capitalização.

As pequenas explorações independentes, apesar de não pagarem renda da terra, veriam a sua capitalização obstaculizada por serem presa fácil do oligopólio mercantil, não raro personificado nos grandes proprietários de terra. O caráter atomizado da produção e o conseqüente baixo poder de barganha desses produtores acarretaria, quando da comercialização da produção, a transferência do excedente produzido para os comerciantes, da seguinte forma:

"(a) é comum ao agricultor realizar a venda antecipada da sua safra pendente, mediante pagamento adiantado. Nessa operação denominada de "venda na folha", os preços naturalmente são os que consultam mais aos interesses do comprador dada a baixa capacidade de barganha do vendedor acima referida.

"(b) também é usual que a intermediação especulativa se oriente pelo calendário agrícola. Na fase anual da colheita e, portanto de super oferta sazonal, adquire a produção a preços vis, para vendê-la nos meses de escassez, a cotações mais elevadas."<sup>(8)</sup>

---

(7) Idem - III Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (1966-1968). Recife, Sudene, 1966, p.32.

(8) Idem - IV Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (1969-1973). Recife, Sudene, 1968, p.58.

Se, num primeiro momento, o diagnóstico cepalino atribui a insuficiência da produção de alimentos básicos à escassez de terras de boa qualidade e à ausência de uma agricultura mercantil de alimentos, é levado a concluir que uma ampliação da oferta a preços estáveis só seria possível através de uma capitalização da produção. Esta, contudo, encontraria na estrutura agrária e no sistema de comercialização obstáculos insuperáveis. O problema, aliás, tendia a se agravar devido a:

"... absorção, no próprio meio rural, de fração ponderável das parcelas anuais de aumento da produção. Esse fato, à primeira vista, não se harmoniza com o relativamente baixo índice de aumento da população do campo. Mas isso perde significação quando se tem em vista o crescimento do número de consumidores nas categorias de estabelecimentos de onde procedem, predominantemente, os produtos alimentares. Sinal inequívoco está nos índices de aumento da população ocupada nas unidades produtoras rurais de baixa categoria dimensional."<sup>(9)</sup>

Em resumo, de um lado, o processo de crescimento urbano-industrial era comprometido pela insuficiente oferta de alimentos, de outro, no meio rural, a forma pela qual se expandia a produção, reforçava o caráter de subsistência das pequenas explorações, tornando-as crescentemente incapazes de gerar novas ocupações produtivas, ampliando o subemprego e o exodo rural. Em conclusão, a questão agrária é colocada como principal óbice ao desenvolvimento econômico da região.

Analisado criticamente, após quase 20 anos de sua formulação, o diagnóstico cepalino parece não sustentar-se, na medida em que

---

(9) Idem, ibidem, p.44.

a estrutura agrária concentrada não constituiu um limite absoluto às transformações da economia regional e nem mesmo à sua agricultura. Contudo, as principais questões contidas nesses diagnósticos ainda permanecem relevantes, se formuladas de outra perspectiva. A pergunta mais geral a responder é a de como foi possível lograr tais transformações, face a fatores tão limitantes, bem como quais os seus impactos sobre as condições de vida e trabalho da população rural.

Num plano mais específico, algumas formulações cepalinas sobre a economia agrária regional são de fundamental importância para a formulação das hipóteses acerca da maneira pela qual se dá a transformação da agricultura regional. Como foi visto, a estrutura agrária concentrada, não corresponda um padrão de utilização das terras fundamentando na grande exploração agrícola. Ao contrário, a especificidade desta agricultura consiste em que, num regime de propriedade concentrada, é a pequena exploração agrícola que constitui a principal forma de exploração da terra, dando origem a um conjunto complexo de relações de produção envolvendo grandes proprietários e pequenos agricultores.

Indagar, portanto, quais as condições que permitiram a transformação da agricultura regional, significa analisar as razões que levaram à concentração da exploração agrícola, ou mais precisamente, à supressão ou manutenção das pequenas explorações como principal forma de exploração da terra. A formulação de hipóteses acerca do papel desempenhado pela pequena exploração agrícola - nas suas várias formas - numa agricultura de estrutura agrária concentrada, constitui-se, portanto, o ponto de partida para a análise da dinâmica da agricultura regional.

Na formulação das hipóteses gerais, que virão a seguir, é necessário enfatizar o abandono dos paradigmas dualistas que pretendem enxergar no arcáico uma dinâmica própria, autônoma e independente do moderno. Da mesma maneira, cabe rejeitar a abordagem de inspiração antropológica, dado o seu caráter particular, não referenciado ao contexto global. Em contraposição, parte-se da idéia de que é a dinâmica mercantil-capitalista a principal força orientadora e determinante das transformações. No caso concreto, isto significa dizer que as hipóteses acerca das condições de supressão ou reprodução da pequena exploração, terão como referência, suas relações com a grande propriedade fundiária e com o mercado.

Mais precisamente, embora reconheça-se que o objetivo imediato da pequena produção é o da reprodução da força de trabalho nela empregada, não são as razões daí derivadas que determinam a sua persistência ou supressão. Essas razões só podem ser apreendidas, através da análise das relações que se estabelecem entre a pequena exploração e a grande propriedade fundiária na qual está inscrita, ou das suas relações com o mercado. Isto posto, é necessário também ressaltar que a diversidade de formas da pequena produção, exclui a formulação de uma hipótese única para explicar sua existência. A questão há que ser tratada, considerando-se dois tipos distintos de pequena exploração: as que estão inscritas nos latifúndios e as que lhe são autônomas.

A pequena produção inserida nos latifúndios compreende a produção particular de moradores e os vários tipos de arrendamento e parceria. A presença dessas pequenas explorações, na agricultura regional, deve-se a um conjunto de razões, dentre as quais cabe destacar:

- quando a rentabilidade da cultura comercial na grande exploração é baixa, sua combinação com a pequena produção de subsistência propicia uma desmonetarização da parte do custo de reprodução da força de trabalho, reduzindo as necessidades de capital circulante a ser adiantado ao longo do processo produtivo, tornando-a viável economicamente.

- em situações de grande risco, devido à instabilidade do mercado e/ou do clima, a combinação da cultura comercial com a produção de subsistência transfere, parcialmente, os riscos para os pequenos agricultores ao diminuir a participação do grande proprietário no processo produtivo. Frente ao eventual sucesso da produção, expedientes mercantis-usurários e a renda da terra, resguardam a apropriação do excedente pelos proprietários.

- quando é intensa a sazonalidade da demanda por força de trabalho decorrente do ciclo produtivo da grande lavoura, e, face à ausência de um mercado de trabalho desenvolvido, a pequena produção assegura uma oferta adequada de mão-de-obra, nas fases de maior necessidade.

Afora as formas que assume, quando inserida nos latifúndios, a pequena produção agrícola existe de maneira autônoma, como pequena propriedade ou como posse. Enquanto tal, a sua existência está assegurada pelas seguintes razões:

- a baixa rentabilidade associada à produção de culturas alimentares básicas, excluem as grandes explorações desse ramo produtivo, mas não as pequenas, onde a reprodução da força de trabalho familiar é o objetivo imediato, levando-as a desempenhar importante papel no abastecimento urbano.

- a necessidade de complementação da renda dos pequenos agricultores, fruto do desemprego temporário determinado pelo ciclo agrícola, associa-se às necessidades eventuais da força de trabalho temporária, na grande exploração, resultante também do calendário agrícola, contribuindo para a manutenção das pequenas propriedades.

- as necessidades de incorporação de novas terras, seja ao nível interno dos estabelecimentos, seja pela agregação de áreas novas, confere à pequena produção um papel crucial, na medida em que reduz drasticamente os custos envolvidos na operação de anexação de novas terras no processo produtivo. Ao mesmo tempo, pela ampliação do número de novas unidades, permite a absorção de parcela do excedente de força de trabalho produzido continuamente, reduzindo as tensões sociais.

Partindo da problemática sugerida pelo diagnóstico cepalino chegou-se à formulação de um conjunto de hipóteses sobre a característica fundamental da agricultura nordestina - a combinação de uma estrutura agrária concentrada com a atomização da exploração agrícola. Dessa maneira, a análise que far-se-á a seguir sobre as transformações recentes desta agricultura levará, necessariamente, em conta as condições que determinaram a reprodução ou supressão das pequenas explorações, tomando-as como sinônimo das transformações mais gerais que se processaram ao longo das últimas décadas.

## Capítulo I - ESTRUTURA E DINÂMICA DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Este capítulo inicial tem como objetivo estabelecer as principais características do desempenho da agricultura nordestina entre 1950 e 1980. Sua preocupação fundamental é a de, partindo do exame das séries de produção, identificar possíveis diferenciações na estrutura do crescimento que permitam estabelecer sua periodização. Para tanto, lança mão dos dados de produção globais e setoriais, bem como de culturas isoladas, quando necessário.

Ao se confrontar a agricultura regional com a agricultura brasileira, no período compreendido entre 1960 e 1980, constata-se um surpreendente dinamismo da primeira até meados dos anos 70. As informações disponíveis mostram que, até a metade da década de 70, a agricultura nordestina se expande à taxas mais elevadas do que a agricultura nacional, chegando a representar uma terça parte da mesma, nesta última data. A partir daí, perde progressivamente seu dinamismo relativo, chegando ao final dos anos 80 com a mesma participação que possuía no início do período.<sup>(1)</sup>

A aparente perda de dinamismo da agricultura nordestina, quando confrontada com a agricultura nacional, confirma-se com o exame de seu desempenho nas últimas três décadas. Pelos dados da Tabela I é patente sua tendência à estagnação a partir dos anos 70, com a taxa de crescimento global reduzindo-se a metade da ta-

---

(1) A participação da agricultura nordestina na agricultura nacional, evolui da seguinte forma: 1960, (21,8%); 1965/69, (28,2%); 1970/74, (32,1%); 1975/79, (23,1%) e 1980, (20,5%). Dados do Centro de Contas Nacionais, FGV e Divisão de Contas Regionais, SUDENE.



xa histórica. Contudo, é necessário qualificar esta perda de dinamismo, pois ela não significa a estagnação generalizada dessa agricultura, mas, simultaneamente, expansão de determinados setores e culturas.

Tomando-se a questão no plano setorial, observa-se que, enquanto a pecuária apresenta taxas de crescimento progressivamente maiores, caracterizando-se como subsetor mais dinâmico, o conjunto das lavouras tem comportamento oposto, tendendo à estagnação (Gráfico I). A pecuária, embora mais dinâmica, também demonstra em alguns sub-ramos, traços de estagnação. Isto porque é a pecuária de grande porte - bovinos e leite - que revela acentuado dinamismo, enquanto a de pequeno porte apresenta crescimento nulo nas últimas três décadas, sugerindo sua regressão. No subsetor de lavouras há três fenômenos importantes a destacar: a consolidação do subsetor produtor de hortifrutigranjeiros, a perda progressiva e drástica, nos anos 70, do dinamismo das culturas alimentares básicas - à exceção do arroz - e o caráter crescentemente seletivo do crescimento no sub-ramo das culturas de transformação industrial.

A partir das tendências constatadas, parece não subsistir a impressão de uma estagnação generalizada da agricultura regional. Ao contrário, o que os dados indicam é a ocorrência de um processo de crescimento desigual, que implicou numa grande diferenciação da agricultura regional. Este processo teve como característica a seletividade, concentrando-se o dinamismo em torno de uma dezena de atividades, enquanto as demais foram presas da estagnação. O reflexo global dessa transformação expressa-se numa redução da taxa de crescimento da agricultura, pelo peso no conjunto da produção, das culturas estagnadas, em particular do algodão e das culturas alimentares básicas, obscurecendo a percepção da expansão das cul

turas dinâmicas.

A análise do desempenho setorial da agropecuária nordestina indica importantes transformações nos últimos 30 anos. Nos anos 50 e 60, há a expansão conjunta dos grandes setores - lavouras e pecuária - embora altere-se a liderança em favor deste último. Desta forma, a expansão conjunta sugere não haver competição entre atividades, o que contudo se deve a razões distintas: no primeiro período pelo caráter combinado e não competitivo da expansão, e, no segundo pela ocupação da fronteira agrícola, que adia temporariamente a concorrência entre as duas atividades que se manifesta claramente a partir dos anos 70, com a estagnação das lavouras e a crescente expansão da pecuária.

A propósito do início da ocupação da fronteira agrícola do Meio Norte, em especial da pré-amazônia maranhense, pode-se tomar o final dos anos 50, como marco histórico fundamental:

"Começa aqui um capítulo novo da história da economia maranhense", escreve Trilurzi depois de referir que o sistema rodoviário multiplicou os pólos de comercialização no interior do Estado (Maranhão) e quebrou o oligopólio - oligopsonia da Praia Grande." "Para ele, na realidade, o horizonte econômico do Estado só se modificou significativamente quando a decisão federal de interligação rodoviária de todas as regiões do país cortou, ao final da década de 1950, o espaço maranhense, rumo a Belém e a Amazônia interior, com rodovias que, do mesmo passo ampliam a integração econômica do Maranhão-Nordeste/resto do Brasil; facilitam a imigração nordestina; e torna acessível à mão-de-obra rural a ocupação produtiva de uma vasta nova fronteira de terras devolutas." (2)

---

(2) MELO, Mário Lacerda de - O Meio Norte. Recife, Sudene/CPR, Div. Pal. Esp., 1983, p.235/236.

A competição entre os dois grandes grupos de atividades - lavouras e pecuária - é na verdade a expressão de importantes modificações do padrão de crescimento e da estrutura produtiva da agricultura regional. Como veremos nos capítulos seguintes, esta competição que se inicia com as modificações que ocorrem nos anos 60, não se reflete nos dados globais, devido a ocupação da fronteira agrícola, que permite um importante espaço para o crescimento das lavouras. Contudo, este espaço é suprimido nos anos 70, pela expansão da pecuária nas áreas de fronteira:

"Devemos, porém, registrar agora, com apoio inclusive em nossas pesquisas de campo, que, em algumas das áreas de maior dinamismo da região, se registra uma expansão pecuária em escala suficiente para operar, dentro de algum tempo, mudança acentuada da estrutura econômica do conjunto espacial regional. Diversas áreas de grande importância, sobretudo nos espaços centrais e ocidentais da região, tendem, com efeito a se tornar predominantemente pastoris."<sup>(3)</sup>

A análise detalhada do setor pecuário revela, como já foi referido, uma expansão da pecuária de grande porte, simultaneamente com a estagnação de pecuária de pequeno porte. No que tange a primeira, evidencia-se um prévio dinamismo da pecuária de leite, quando comparada com a de corte. Os dados indicam que já nos anos 50, a pecuária de leite não só cresce mais rápido, como também sofre menos drasticamente os impactos das secas. É óbvio que isto reflete níveis diferenciados de organização da produção. Aliás, já ao final dos anos 50, o setor pecuário revela enorme diversidade espacial, característica que se acentuará com o correr do tempo.

---

(3) Idem, ibidem, p.99.

"Nas regiões nordestinas, os sistemas de criação variam consideravelmente de padrão... Por isso, enquanto na maior porção do território nordestino a pecuária é feita de forma ultra-extensiva com o gado criado solto, em campo aberto, em outras áreas ela é feita em campos cercados, com o aproveitamento da vegetação natural, e com a preocupação de selecionar raças, a fim de obter melhor porte e peso; há áreas também onde os padrões técnicos são mais elevados com a criação de gado em cercados e com o cultivo de forrageiras, como a palma, ou de gramíneas; finalmente ocorre, em pequena escala, a criação de gado estabulado visando a produção de leite, nas cidades mais importantes." (4)

Fica patente, pela citação anterior, a diversidade da pecuária nordestina ao final dos anos 50, como também o caráter mais avançado da pecuária de leite. A esta época, é apenas esta subatividade da pecuária que admite um maior nível de capitalização, embora já seja incipiente a melhoria técnica da pecuária de corte, em áreas localizadas.

"O tipo de pecuária ora descrito, realizado em condições técnicas melhoradas e em que há maior inversão de capital - com a aquisição de terras, construção de cercas, currais, etc. - impõe que os proprietários criem gado de maior apuro racial que lhes garanta melhores rendimentos. Por isso, nas áreas de cultura de palma, criam-se em geral bovinos produtores de leite entre os quais predominam os mestiços de holandês com zebu... Ao lado do gado leiteiro de crias, costumam também fazer engorda e recria de gado oriundo do sertão nordestino e do Sul da Bahia e do Norte de Minas Gerais. Esta atividade vem se expandindo, consideravelmente, nos últimos anos em vista da elevação constante do preço da carne." (5)

---

(4) ANDRADE, Manoel C. de - "Padrões de Agricultura Nordestina" in Recursos e Necessidades do Nordeste. BNB/ETENE. Recife, 1964, p.350/351.

(5) ANDRADE, Manoel C. de - "Padrões..." op.cit., p.358.

O dinamismo progressivo da pecuária de grande porte que se observa a partir dos anos 60, supõe obviamente uma consolidação de determinadas áreas produtoras especializadas, reforçando a diferenciação antes citada. Inicialmente é a pecuária leiteira que se consolida e, em seguida, a pecuária de corte, dando origem a um conjunto de regiões produtoras de maior índice de capitalização que convivem no âmbito regional, com a tradicional pecuária extensiva.

"Quanto à contribuição para a diversificação espacial do Nordeste, referente à variação das funções da pecuária, o exemplo mais importante reside na especialização de certos espaços na produção de leite... Outra especialização, também no âmbito do destino da produção, ocorre dentro do próprio vastíssimo domínio do gado de corte, do qual se destacam as áreas regularmente abastecedoras das duas principais regiões metropolitanas: a do Recife e a de Salvador."<sup>(6)</sup>

Ainda quanto ao setor pecuário, vimos que a pecuária de pequeno porte, revelou-se como uma atividade estagnada, obtendo um crescimento nulo durante o período. No cerne da questão está, sem dúvida, a forma pela qual a atividade se realiza, ou mais precisamente o seu caráter doméstico. Em larga medida, este tipo de pecuária sempre constituiu-se como uma atividade e fonte de renda complementar de pequenos agricultores, caracterizando-se, portanto, pelo autoconsumo e baixo padrão técnico.

"Situadas as fazendas a grande distância umas das outras e das cidades e concentrando uma pequena população, de vez que a pecuária ocupa poucos braços, provêm seu abastecimento em carne, a-

---

(6) MELLO, Mario Lacerda de - Regionalização Agrária do Nordeste. Recife, SUDENE/CPR. Div. Pol. Esp., 1978, p.87.

batendo ovinos e caprinos... Também a criação de suínos, alimenta dos geralmente com os 'restos de comida' constitui uma atividade de subsistência nas maiores porções. Nas áreas produtoras de milho e mandioca, a criação desta espécie reveste-se de importância comercial."<sup>(7)</sup>

Organizada como atividade de autoconsumo, na sua maior parte, a pecuária de pequeno porte não foi capaz de consolidar-se como atividade mercantil, revelando-se como um subsetor estagnado ao longo das últimas décadas. No essencial, o seu pequeno dinamismo, reflete os mesmos percalços e dificuldades das demais lavouras de subsistência; atividade própria de pequenos agricultores, cujo crescimento se vê seriamente comprometido nos anos 70.

O setor de lavouras tem um comportamento distinto da pecuária, apresentando, como já vimos, um desempenho progressivamente menos dinâmico. Uma análise mais detalhada, tomando os dois principais subsetores, sugere a existência de três períodos distintos: nos anos 50, há um crescimento idêntico e convergente das culturas de alimentação básica e das culturas de transformação industrial. Já nos anos 60 o comportamento é divergente, assumindo as culturas alimentares básicas a liderança, enquanto o outro subsetor reduz, pela metade, seu crescimento. Por fim, no último período, enquanto as lavouras alimentares básicas apresentam-se estagnadas, as de transformação industrial apenas mantêm uma lenta expansão (Gráfico II). Assiste-se, também, no período a consolidação progressiva de um terceiro subsetor - o de hortifrutigranjeiros - que, apesar de mais dinâmico, não escapa à redução do ritmo de crescimento nos anos 70.

---

(7) ANDRADE, Manoel C. de - "Padrões..." op.cit., p.352.

Ao examinar, mais detalhadamente, cada um desses períodos, percebe-se mais claramente as profundas diferenças no padrão de crescimento das lavouras. Nos anos 60, apenas o surgimento do setor de hortifrutigranjeiros pode ser considerado como indicador de uma incipiente modificação da agricultura, pois, o crescimento concomitante dos dois outros subsetores sugere a inexistência de transformações estruturais relevantes. Quanto ao setor de hortifrutigranjeiros, há a considerar dois aspectos distintos: a sua elevada taxa de crescimento é, antes de mais nada, reflexo da pouca expressividade quantitativa da produção no início do período. Em segundo lugar, a participação do setor no conjunto da agricultura regional ainda é ínfimo, alcançando ao final dos anos 50, cerca de 8% do valor da produção total.

Apesar das constatações feitas anteriormente, o surgimento e ampliação do setor produtor de hortifrutigranjeiros tem uma importância peculiar, na medida em que constitui-se, desde a sua gênese, como atividade especializada, antecipando futuras transformações que ocorrerão na década seguinte. A esse respeito vejamos o que nos diz Manoel Correia de Andrade sobre o desenvolvimento deste setor no final dos anos 50:

"O desenvolvimento dos centros urbanos, a melhoria das condições de vida da classe média e a divulgação de princípios racionais quanto à alimentação têm feito crescer o consumo de legumes e frutas. Entre as frutas, a laranja e a banana tiveram as suas culturas largamente ampliadas para atender às solicitações do consumo e passaram a ser cultivadas com expressão comercial.(...) Nos dois últimos decênios, por exemplo, com o desenvolvimento da irrigação e com a obtenção de preços compensadores, tem havido rápido crescimento da produção de tomate, (...) da cebola (...) e do alho (...)"<sup>(8)</sup>

---

<sup>(8)</sup> ANDRADE, Manoel C. de - "Padrões..." op.cit., p.338/359.



Se o surgimento de um setor produtor de hortifrutigranjeiros sugere uma incipiente transformação da agricultura regional nos anos 50, o mesmo não se pode afirmar ao analisar o comportamento dos dois subsectores mais importantes. A convergência de seu crescimento expressa, na verdade, o caráter subsidiário das culturas alimentares básicas, ora realizadas em consórcio com as tradicionais culturas de exportação, ora como seu apêndice.

O caráter subsidiário das culturas alimentares básicas pode ser ilustrado através dos dados das Tabelas II e III. As culturas de exportação mais relevantes - o algodão e a cana-de-açúcar - mostram-se distintas quanto a articulação com as culturas de subsistência. Nos anos 50, o algodão expande-se quase exclusivamente sob a forma de cultivo consorciado, através de sua tradicional combinação com o milho e o feijão.

Por sua vez, a cana-de-açúcar mostra um padrão de cultivo distinto, pois sua quase totalidade se realiza como cultivo simples. Neste caso - como em outras culturas de transformação industrial - as lavouras de subsistência são realizadas como apêndice, por moradores e agregados. Os dados da Tabela III, mostram que, em 1950 e em 1960, é bastante elevado o percentual da produção de alimentos básicos cultivado desta forma.

Confirma-se, assim, a grande dependência que têm, até o final dos anos 50, as culturas alimentares básicas das culturas de exportação, configurando o padrão tradicional de crescimento do setor de lavouras. Fica, também, patente a pouca importância de uma agricultura mercantil de alimentos, tanto pelas razões anteriores quanto pelo pequeno grau de especialização na produção das culturas alimentares básicas. Quanto a estas últimas, as duas exce-

ções são a mandioca e, em menor escala, o arroz, onde são mais reduzidas, tanto a percentagem de cultivo associado, quanto a de produção particular.

Com relação às culturas alimentares básicas onde é maior o percentual de cultivo especializado - mandioca e arroz - há uma importante distinção a ser feita. No caso da mandioca, a cultura especializada não representa nenhum indício de evolução, mas deve-se ao fato desta ser menos exigente em termos de solos e constituir uma atividade de baixíssima rentabilidade, cujo prazo elástico de colheita permite tornar-se importante reserva de consumo para pequenos agricultores empobrecidos. No arroz, o percentual mais elevado de cultivo simples expressa, já ao final dos anos 50, a existência de uma agricultura mercantil especializada, que se diferencia da tradicional produção para autoconsumo, realizada de forma consorciada.

"Em outras áreas, porém, cultivava-se o arroz irrigado, como acontece nas lagoas do Rio Grande do Norte e nos baixos cursos dos rios alagoanos e sergipanos; aí a cultura de arroz se desenvolve sobretudo no baixo São Francisco e constitui a principal riqueza da área. Ela é feita em pontos mais baixos da várzea, chamadas localmente de 'lagoas de arroz', as quais estão separadas do leito do rio pelo dique marginal; através de canais o rio penetra durante o verão, por ocasião da cheia, depositando o humus que fertiliza a área a ser cultivada à proporção que as águas voltam, com o baixar da cheia, ao leito do rio." (9)

Como se pode ver, os anos 50 caracterizaram-se pela predominância do tradicional padrão de crescimento, também do ponto de

---

(9) ANDRADE, Manoel Correia de - "Padrões..." op.cit., p.335.

vista das lavouras. Neste subsetor permaneceu a tradicional subordinação das lavouras de subsistência às culturas de transformação industrial ou de exportação. Quanto à parcela de cultivo realizada independentemente da grande lavoura, o aumento do grau de consorciação traduz o reforço de seu caráter de autoconsumo. Isto tudo indica a inexistência de uma agricultura mercantil de alimentos na região, à essa época. Exceções notórias são, de uma lado, os hortifrutigranjeiros e de outro o arroz, cuja produção já se organiza; no primeiro caso integral e no segundo parcialmente; de forma mercantil.

Para a década seguinte e, mais precisamente, para anos posteriores à grande seca de 1958 até 1972, há fortes indícios de transformações no subsetor de lavouras. Além da persistência do crescimento dos hortifrutigranjeiros - a taxas mais elevadas - há uma clara divergência nas taxas de crescimento dos dois subsectores mais importantes. Enquanto persiste a expansão das culturas alimentares básicas, reduz-se a relativa às culturas de transformação industrial. Este comportamento diferenciado expressa, na verdade, um fato novo na agricultura regional; o da mercantilização da produção de alguns alimentos básicos importantes.

O exemplo mais evidente é o da expansão da produção do arroz<sup>(10)</sup> e de mandioca, que ocorre simultaneamente com a queda de importância do cultivo associado. Essas modificações, contudo, são

---

(10) A diminuição da taxa de crescimento da produção de arroz no período 60/70, em relação a 50/60, deve-se à pouca expressividade da produção no início da primeira década. Esta se eleva de 211.000 toneladas, em 1950, para cerca de 500.000 toneladas, em 1960. Já no período seguinte, o aumento absoluto da produção é de cerca de 500.000 toneladas, alcançando a produção ao final do período a marca de 1.000.000 de toneladas.

parcialmente decorrentes da ocupação da fronteira agrícola, onde o cultivo de arroz e mandioca é realizado com objetivos claramente mercantis.

"Por isso aparece o arroz como a lavoura comercial por excelência, embora, em algumas microregiões, essa posição seja ocupada pela mandioca, vindo a rizicultura em segundo lugar. Mas, como quer que seja, trata-se dos dois produtos possuidores de maiores parcelas não absorvidas pelo autoconsumo. Já quanto às lavouras do milho e do feijão as parcelas de autoconsumo são quase sempre predominantes. Na maioria dos casos, ao nível da família do agricultor, desempenham a função apenas de culturas de subsistência."<sup>(11)</sup>

Para as duas outras culturas alimentares básicas mais importantes - o milho e o feijão - há um crescimento nulo no período, ao mesmo tempo em que não se altera o percentual de cultivo associado. Considerando que há expansão dessas culturas na fronteira agrícola e que, apesar de seu caráter predominantemente de autoconsumo, o excedente eventual para mercado também se expande, o crescimento nulo da produção resulta, necessariamente, da queda de produção nas áreas antigas.

A retração de culturas alimentares básicas, nas áreas antigas, está associado ao processo de especialização de atividades, como a pecuária e algumas culturas de exportação. No caso das culturas de exportação, um importante indicador deste processo está apresentado na Tabela III, que mostra, entre 1960 e 1970, uma redução excepcional da percentagem da produção de alimentos básicos realizada por agregados e moradores, notadamente no caso do milho e do feijão. Por fim, é preciso notar ainda que o baixo dinamis-

---

(11) MELO, Mário Lacerda de - O Meio Norte... op.cit., p.81.

mo destas culturas é simultâneo ao crescimento nulo da produção de algodão. Como o consórcio milho-feijão-algodão é a combinação agrícola típica de várias subregiões nordestinas, tudo indica que o processo de transformação ocorrido nos anos 60, em particular o crescimento da pecuária, constituiu-se num obstáculo ao crescimento dessas culturas.

A década de 70 e, mais particularmente, o período que vai de 1972 a 1980, caracteriza-se por um baixo dinamismo do setor de lavouras, à exceção dos hortifrutigranjeiros, cuja taxa de crescimento ainda é elevada, apesar da redução ocasionada pelo volume de produção já alcançado. Há um conjunto de fatores que podem ser apontados como responsáveis por este fraco desempenho: a grande instabilidade climática da segunda metade da década, a especialização crescente da fronteira agrícola na pecuária e a continuidade do processo de especialização de várias atividades nas áreas antigas.

Para entender o impacto dessas transformações é necessário ter em conta que, apesar da redução da taxa global de crescimento, devido à estagnação da produção de algumas culturas importantes, há um conjunto de lavouras, cujo crescimento é extremamente expressivo. É o caso do cacau, cana-de-açúcar e fumo nas culturas de transformação industrial e do arroz nas culturas alimentares básicas, além dos hortifrutigranjeiros já mencionados. Em contrapartida, a mamona e o sisal têm crescimento nulo, enquanto o algodão tem forte crescimento negativo, ao qual está certamente associado o fraco desempenho das culturas alimentares básicas, em especial o milho e o feijão.

Deixando, por ora, de lado os fatores climáticos, que serão tratados mais adiante, cabe indicar que o baixo dinamismo das culturas alimentares básicas é fruto do processo de especialização tanto nas áreas antigas, quanto nas áreas novas. Observa-se, assim, uma continuidade da redução da produção particular de moradores e agregados, decorrente da especialização nas culturas de transformação industrial. De outro lado, há um fato novo a ressaltar, que é o menor grau de consorciação do milho, do feijão e do algodão. Considerando que isto ocorre simultaneamente com a retração da produção dessas lavouras, pode-se inferir que esta combinação agrícola foi parcialmente substituída por outra atividade - a pecuária como veremos adiante - e, em menor escala, pela produção mercantil especializada. Por fim, a já referida tendência à especialização em pecuária, nas áreas de fronteira, também contribuiu para a redução do dinamismo das culturas alimentares básicas, à exceção do arroz, que avança no processo de especialização e mantém seu dinamismo.

A transformação ocorrida na estrutura produtiva da agricultura regional ao longo da última década, embora implicando numa redução da taxa global de crescimento, está longe de configurar uma situação de estagnação. O crescimento desigual, expresso no dinamismo de algumas culturas e na estagnação de outras, redundou numa diferenciação econômica e espacial de grande relevância. Em decorrência, enquanto as atividades dinâmicas tenderam a se concentrar espacialmente, o oposto ocorreu com as culturas estagnadas, que mantiveram-se dispersas<sup>(12)</sup>. Esta constatação é extremamente

---

(12) A título de ilustração, em 1975, 73,3% da produção de lavouras concentrava-se em 31,4% da área total das micro-regiões nordestinas, enquanto que para a pecuária, 70,9% da produção localizava-se em 34,5% da área micro-regional. Dados da Fundação IBGE/CBEA, extraídos de MELO, Mário Lacerda de - Regionalização Agrária do Nordeste, op.cit., p.61/71.

importante para analisar o impacto das secas sobre o desempenho da produção, como far-se-á a seguir.

A irregularidade climática e seus efeitos nefastos sobre a atividade agrícola constitui uma das principais características da agricultura nordestina. Em média, um ano dentre cada três apresenta fortes irregularidades, com sérios efeitos sobre a produção, notadamente a de lavouras, como fica patente pelo gráfico III. Há ainda indicações claras de que o fenômeno vem agravando-se em período recente, e a década de 70 constitui, pelo conjunto de secas e enchentes sucessivas, uma clara comprovação desta tendência.

Uma análise mais aprofundada do impacto das irregularidades climáticas sobre a produção agrícola, requer que se ressalte os anos onde estas ocorreram com maior intensidade. Desta maneira, a análise restringir-se-á aos anos de 1951, 1958, 1970 e 1978/80, caracterizados por grandes secas. Contudo, mesmo nesses anos, é necessário realizar uma importante distinção que diz respeito à natureza da seca. Desta maneira, os anos de 1951 e 1970 podem ser distinguidos como anos de seca relativa, caracterizados mais pela má distribuição de chuvas, enquanto os outros dois - 1958 e 1978/80 - configuram-se como anos de seca absoluta, onde, além da má distribuição, há uma drástica redução do volume de precipitação.

A distinção feita anteriormente revela-se de importância, quando analisa-se o impacto setorial das secas. Assim, enquanto a seca absoluta tem impacto geral, tanto sobre o setor de lavouras quanto o de pecuária, a seca relativa atinge exclusivamente o setor de lavouras. Isto se deve a que o caráter irregular das chuvas, não chega a comprometer os pastos, mas prejudica, seriamente, as lavouras, em razão do ciclo agrícola. Afora isto, uma compara



ção, no tempo, das secas de igual natureza, apesar da intensidade diferenciada, permite observar que a pecuária é, cada vez, menos vulnerável a seus efeitos, o mesmo não ocorrendo com as lavouras.

A menor vulnerabilidade do setor pecuário à seca explica-se por um conjunto de razões, que independem da sua morfologia, mencionada anteriormente. Percebe-se, claramente, pelos dados da Tabela IV que é a pecuária de grande porte que se torna menos sensível aos efeitos da seca, ocorrendo o contrário com a pecuária de pequeno porte. Em última análise, a explicação para tal comportamento reside nas transformações pelas quais passou a pecuária de grande porte nas últimas décadas, contrastando com o caráter pouco dinâmico e estagnado da pecuária de pequeno porte. Além do mais, mesmo nas zonas de maior incidência de secas e onde não houve transformações de monta no processo produtivo, a pecuária encontra mecanismos próprios de defesa.

"Em algumas zonas típicas, a seca acarreta a perda, praticamente, total da agricultura de subsistência, sendo menores seus efeitos, porém, na produção de algodão e na pecuária. A baixa no rendimento dos algodoads é causada, em grande parte, pela necessidade que têm muitos fazendeiros de soltar o gado dentro dos mesmos. Como o rebanho constitui a inversão maior e de mais difícil recuperação, explica-se que o fazendeiro, ao sentir a escassez de pastos, sacrifique o algodoad."<sup>(13)</sup>

A citação anterior, além de mostrar o mecanismo clássico de defesa da pecuária, indica, também, que a organização da produção impõe um ônus adicional às lavouras. Este mecanismo parece estar

---

(13) BRASIL-MINTER-SUDENE - Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. Op.cit., p.66.

longe de se esgotar, pois como mostram os dados, têm sido aproximadamente idêntica a variação negativa na produção de algodão ao longo das grandes secas analisadas. No grupo de culturas de transformação industrial, da qual faz parte o algodão, percebe-se facilmente que o comportamento de algumas culturas, como o da cana-de-açúcar e do cacau, dá-se em sentido oposto, caracterizando uma crescente autonomia da produção frente às secas. Em menor intensidade, associa-se ao algodão, a mamona, enquanto o sisal revela comportamento semelhante às culturas mais resistentes. A conclusão a extrair desses dados é, incontestavelmente, o caráter, cada vez mais, diferenciado do impacto das secas no subsetor de culturas de transformação industrial.

Nas culturas alimentares básicas, apenas o arroz e a mandioca ganham uma autonomia relativa do impacto das secas, o que certamente reflete a importância dessas culturas na fronteira agrícola e, particularmente, as transformações na produção de arroz. O restante das lavouras alimentares básicas, em grande medida produzidas consorciadas com o algodão, continuam a sofrer, intensamente, os efeitos das estiagens. Outro é o comportamento dos hortifrutigranjeiros, cuja produção mostra pouca sensibilidade às irregularidades climáticas e, ao longo do tempo, torna-se completamente imune aos seus efeitos, certamente como reflexo de maior avanço técnico na produção.

Ao que tudo indica, o impacto das secas sobre a produção agrícola regional, caracteriza-se por uma crescente desigualdade. Mais precisamente, percebe-se que a incidência é, cada vez mais, localizada, exatamente naqueles setores e culturas que revelaram um menor dinamismo ao longo das últimas décadas, como a maior parte das culturas alimentares básicas, algumas culturas de exporta-

ção e a pecuária de pequeno porte. Nas atividades dinâmicas, a menor incidência das secas resulta, certamente, não só de sua maior concentração espacial em zonas menos sujeitas a esta intempérie, como também de transformações ocorridas nos processos produtivos.

Como vimos ao longo deste capítulo, nos anos 70, termina por se configurar a estagnação de importantes subsetores da agricultura regional e, dentre estes, o das culturas alimentares básicas. A insuficiência da produção de alimentos básicos, bem como a sua instabilidade, constituiu-se na principal questão tratada pelo diagnóstico cepalino, ao referir-se aos anos 50.

"A evolução acusada pelos índices de produção agropecuária nordestina, caracteriza-se por um ritmo de crescimento que, sobre ser lento, é perturbado por inflexões muito acentuadas, nos períodos de seca. Mesmo nos melhores anos, o aumento pouco supera o da população. O simples exame das estatísticas da produção real permite desde logo, assinalar a dupla natureza das dificuldades que se fazem sentir neste setor da economia regional; incapacidade estrutural para atender às solicitações do mercado em anos normais; impacto intermitente das secas determinando uma sequência de crises."<sup>(14)</sup>

O confronto dessa afirmativa com a série histórica de crescimento da produção agropecuária regional, revela uma aparente contradição. Se é certo que o conjunto da agropecuária regional e, em particular, as culturas alimentares básicas, apresentam anos de grande instabilidade devido as secas, para o período como um todo, as taxas de crescimento da produção, caracterizam um comportamento dinâmico dessa agricultura. Tudo leva a crer, portanto,

---

<sup>(14)</sup> BRASIL/SUDENE- I Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (1961-1963). Recife, Sudene/Divisão de Documentação, 1960, p.115.

que os problemas de abastecimento, nesta década, tinham caráter cíclico, determinado pelas ocorrências das secas e do seu impacto no nível de produção.

Afora estes casos de eventuais crises gerais de abastecimento provocadas pelas secas, o padrão tradicional de crescimento e a agricultura não mercantil de alimentos sugerem apenas a existência de preços mais elevados, bem como a importação de certos grupos de alimentos que a agricultura regional é incapaz de produzir no âmbito da estrutura de crescimento prevalecente.

"Também, não menos digno de nota é o fato de que as importações nordestinas incidem, sobretudo, em produtos de mercado organizado e protegido, como sejam arroz e charque, para citar os dois exemplos mais significativos."<sup>(15)</sup>

A partir da análise das séries históricas de produção e, em particular, do desempenho das culturas alimentares básicas, pode-se inferir que as modificações que ocorrem na estrutura de crescimento da agricultura regional, terminam por inverter a problemática caracterizada anteriormente. Apenas para tomar o exemplo das lavouras alimentares essenciais, percebe-se que, enquanto o arroz, expande-se continuamente, as demais entram em franca estagnação. Por outro lado, enquanto o primeiro revela-se cada vez menos sujeito aos efeitos das secas, as demais continuam a sofrer, com a mesma intensidade, quebras no nível de produção quando estas ocorrem.

Dessa maneira, a questão do abastecimento alimentar urbano no Nordeste, que configurava-se como um problema cíclico e, permanentemente, como um problema circunscrito a certos grupos de ali-

---

(15) BRASIL/SUDENE - I Plano Diretor... op.cit.,p.195.

mentos, torna-se um problema crônico e generalizado, obrigando a região a recorrer sistematicamente à importação de alimentos básicos do resto do país.

A este respeito são bastante ilustrativos os dados da Tabela V, onde fica patente que o Nordeste obtém, sistematicamente, um superávit nas transações de importação e exportação de alimentos. Contudo, este superávit deve-se ao grande peso da exportação de alimentos não industrializados, originários das tradicionais lavouras de exportação da região. Ao mesmo tempo, o comércio, por vias internas com as demais regiões, revela um déficit permanente, que se origina, sobretudo, da importação de alimentos não industrializados, ou seja, de alimentos básicos.

Tabela I

## N O R D E S T E

## Taxas Anuais de Crescimento da Produção Agrícola (1950/1980)

PRODUTOS	PERÍODOS			
	1950/60	1960/70	1970/80	1950/80
- Algodão	5,7	- 0,5*	- 5,3	1,6
- Cacau	2,9	2,9	5,1	2,5
- Cana-de-Açúcar	4,2	2,7	6,4	4,1
- Fumo	3,4	0,0*	3,4	2,2
- Mamona	1,8*	5,1	- 3,0*	2,3
- Sisal	10,6	7,1	- 3,0*	5,2
<u>CTI</u>	<u>5,0</u>	<u>2,0</u>	<u>0,9*</u>	3,0
- Arroz	8,8	4,5	4,5	6,0
- Feijão	4,4	3,6*	- 2,1*	3,2
- Mandioca	3,1	5,5	1,0*	3,4
- Milho	5,3	2,4*	- 1,6*	3,2
- Batata-Doce	4,5	3,8	- 8,2	1,1
<u>CAB</u>	<u>4,6</u>	<u>4,3</u>	<u>0,3*</u>	3,7
- Cebola	21,3	1,4*	10,5	7,4
- Laranja	2,4	8,6	11,2	6,1
- Tomate	6,2	7,2	7,9	5,5
- Batata Inglesa	11,6	2,2*	-12,5	- 0,4*
- Banana	4,5	9,3	- 0,6*	5,4
<u>HOR</u>	<u>5,7</u>	<u>7,9</u>	<u>3,2</u>	<u>5,6</u>
<u>AGRICULTURA</u>	<u>4,9</u>	<u>3,3</u>	<u>1,0*</u>	3,5
- Bovinos	2,2*	3,4	3,9	3,0
- Caprinos	1,3*	0,4*	1,6*	- 0,3*
- Ovinos	3,9*	- 0,1*	1,5*	- 0,1*
- Suínos	0,6*	4,8*	5,3*	2,7
- Leite	6,2	5,4	8,3	5,0
<u>PECUÁRIA</u>	<u>3,4</u>	<u>4,2</u>	<u>4,8</u>	<u>3,7</u>
TOTAL	4,6	3,4	1,7	3,5

(\*) Não significativo a 5%

Fonte: FIDGE - ANUÁRIOS ESTATÍSTICOS

Tabela II

N O R D E S T E  
Importancia do cultivo associado nas principais culturas temporárias

1950/1980

PRODUTOS	Quantidade colhida total (1.000 ton.)				Quantidade colhida em cultivo associado (1.000 ton.)				% do cultivo associado no total			
	1950	1960	1970	1980	1950	1960	1970	1980	1950	1960	1970	1980
	- Algodão	259	356	101	125	094	240	074	050	36,3	67,4	73,3
- Cana-de-Açúcar	8.695	17.964	23.455	44.337	012	251	350	304	0,1	1,4	1,5	0,0
- Arroz	340	715	799	1.268	230	556	552	767	67,7	77,8	69,1	60,5
- Feijão	232	524	443	446	197	440	377	320	85,0	84,0	85,0	71,6
- Mandioca	1.702	5.244	5.420	4.257	571	1.977	1.876	1.439	33,5	37,7	34,5	33,8
- Milho	534	1.107	824	850	464	987	746	662	87,0	89,2	90,5	77,9

Fonte: FIBGE - CENSOS AGRÍCOLAS 1950, 1960  
 CENSOS AGROPECUÁRIOS 1970, 1980

Tabela III

N O R D E S T E

Produção Total e Produção Particular dos Principais Alimentos Básicos (1.000 ton)

1950/1960/1970/1975

Produtos	1 9 5 0		1 9 6 0		1 9 7 0		1 9 7 5					
	Produção Total	Produção Particular	%	Produção Total	Produção Particular	%	Produção Total	Produção Particular	%			
Arroz	340	-	-	663	056	8,5	799	017	2,0	1.204	015	1,0
Feijão	298	066	22,0	377	079	21,0	443	032	7,0	587	029	9,0
Mandioca	2.240	538	24,0	2.842	269	9,5	5.420	532	10,0	5.333	310	6,0
Milho	706	172	24,0	854	152	18,0	824	054	6,5	1.338	058	4,0

Fonte: FIBGE - CENSOS AGRÍCOLAS 1950,1960

CENSOS AGROPECUÁRIOS 1970,1975



Tabela IV

## N O R D E S T E

Variação da produção agrícola total, por subsetores e culturas  
1951, 1958, 1970, 1979/80

CULTURAS	1951	1958	1970	1980
	1950	1957	1969	1978
<u>AGRICULTURA</u>	- 21,5	- 18,6	- 20,7	- 9,5
<u>CTI</u>	- 9,4	- 9,1	- 14,8	- 8,9
Algodão	- 43,1	- 35,4	- 40,0	- 44,2
Cacau	- 22,2	+ 0,0	+ 7,3	+ 11,4
Cana-de-Açúcar	- 3,0	+ 0,0	+ 0,0	+ 3,2
Fumo	- 3,2	- 0,5	- 6,5	- 18,7
Mamona	- 7,8	- 21,2	- 20,0	- 32,0
Sisal	+ 19,8	+ 2,5	+ 15,3	+ 16,6
<u>CAB</u>	- 19,8	- 29,0	- 25,1	- 18,1
Arroz	- 33,0	- 43,0	- 17,5	+ 2,6
Feijão	- 19,4	- 42,9	- 45,0	- 28,8
Mandioca	- 12,4	- 11,0	- 6,2	+ 0,0
Milho	- 26,7	- 31,6	- 45,6	- 45,2
Batata-Doce	- 7,8	- 16,5	- 11,3	- 19,2
<u>HOR</u>				
Cebola	+ 48,6	+ 20,3	+ 10,8	+ 34,0
Laranja	- 0,8	+ 1,7	- 8,5	+ 23,8
Tomate	+ 0,3	+ 26,8	- 14,4	- 12,4
B. Inglesa	- 46,5	- 20,3	- 25,3	- 50,0
Banana	+ 1,9	- 8,6	+ 6,5	+ 5,0
<u>PEC.</u>	+ 5,4	- 26,5	+ 17,5	+ 1,4
Bovinos	+ 11,8	- 49,2	+ 13,6	+ 21,0
Leite	- 1,8	- 9,2	+ 2,1	+ 11,6
Caprinos	+ 5,3	- 47,8	+ 0,0	+ 0,0
Ovinos	+ 9,5	- 60,7	- 7,0	- 6,5
Suinos	+ 0,9	- 24,8	+ 0,0	

Fonte: FIBGE - ANUÁRIOS ESTATÍSTICOS

## TABELA V

## N O R D E S T E

Importação e Exportação de Alimentos (CR\$ 1.000.000,00 correntes)

1975 - 1979

Anos Natureza do Comércio	1975			1976			1977			1978			1979		
	X	I	S	X	I	S	X	I	S	X	I	S	X	I	S
COMÉRCIO EXTERIOR	7.488	661	6.827	5.742	1.392	4.350	14.799	1.129	13.670	18.948	2.631	16.317	31.292	4.163	27.129
Matérias-primas	6.224	586	5.638	3.642	1.313	2.329	9.211	1.013	8.198	11.919	2.490	9.428	19.644	3.917	15.727
Industrializados	1.265	75	1.189	2.100	79	2.020	5.587	116	5.471	7.029	140	6.889	11.649	246	11.402
COMÉRCIO POR VIAS INTERNAS	609	4.541	-3.732	1.545	7.497	-5.952	2.973	10.085	-7.112	4.651	15.638	-10.988	8.412	25.932	-17.520
Matérias-primas	388	2.877	-2.489	714	5.006	-4.291	1.256	6.842	-5.586	1.906	9.788	-7.882	3.367	15.801	-12.434
Industrializados	220	1.464	-1.243	831	2.491	-1.660	1.717	3.243	-1.526	2.744	5.850	-5.105	5.045	10.151	-5.086
TOTAL	8.097	5.002	3.095	7.287	8.889	-1.602	17.772	11.214	6.557	23.598	18.269	5.529	39.704	30.095	9.609
Matérias Primas	6.611	3.463	3.149	4.356	6.519	-1.962	10.467	7.855	2.612	13.825	12.279	1.546	23.010	19.718	3.292
Industrializados	1.485	1.539	- 54	2.931	2.570	360	7.304	335	3.945	9.774	5.990	3.783	16.693	10.377	6.316

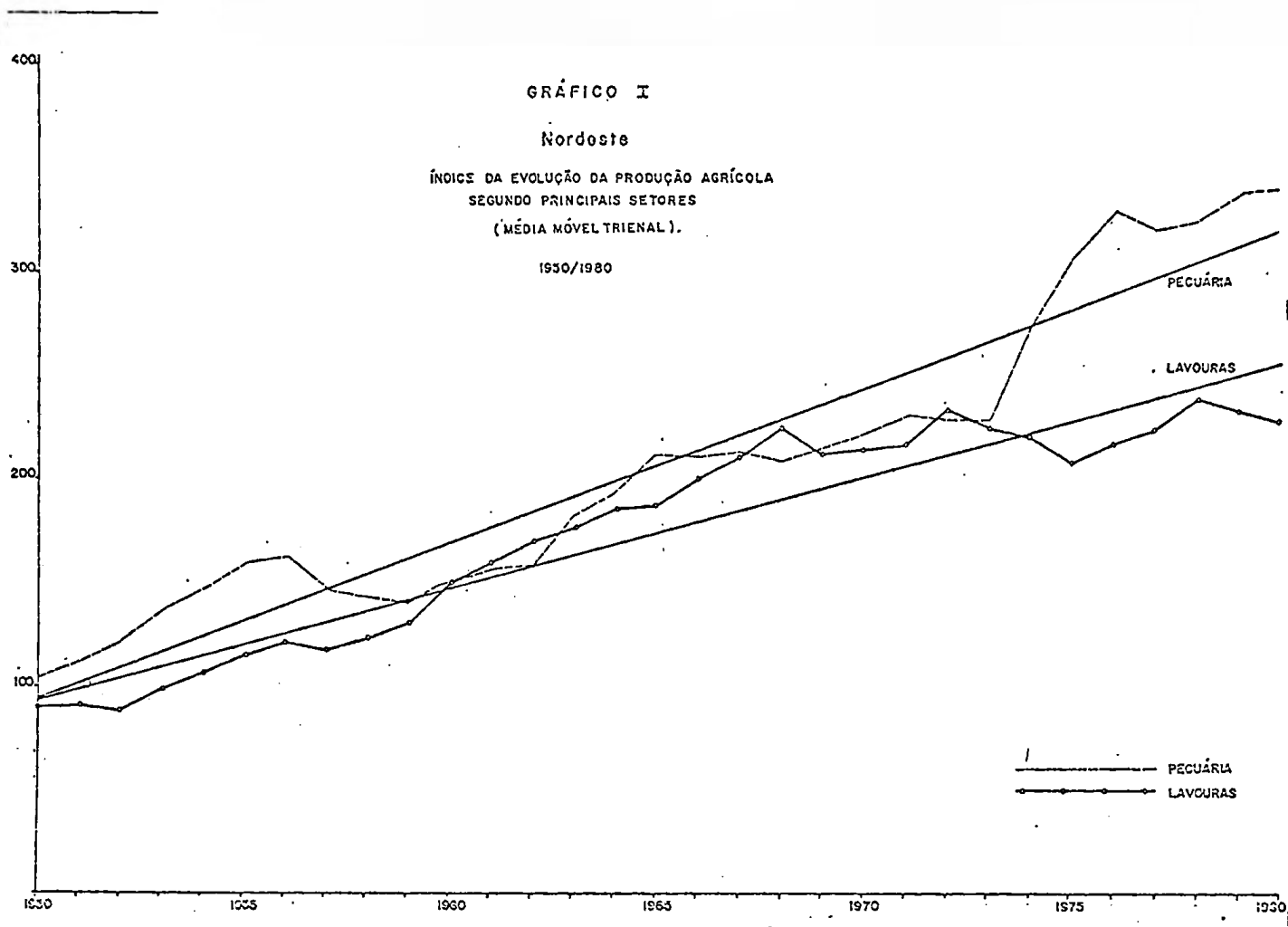
Fonte: MINTER/SUDENE - IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES DO NORDESTE - 1975-1979

Tabela VI  
N O R D E S T E

Utilização das Terras e Destinação das Terras Incorporadas (1.000 hectares)  
1950/1960/1970/1975/1980

CATEGORIAS	UTILIZAÇÃO DAS TERRAS (1000 ha)					DESTINAÇÃO DAS TERRAS INCORPORADAS (1000 ha)			
	1950 1.000 ha	1960 1.000 ha	1970 1.000 ha	1975 1.000 ha	1980 1.000 ha	1950/60	1960/70	1970/75	1975/80
LAVOURAS	5.274	8.728	10.323	11.033	14.192	3.454	1.595	710	3.159
Permanentes	785	2.264	3.978	3.960	4.852	1.479	1.713	-18	892
Temporárias	4.448	6.463	6.345	7.073	9.340	1.975	-118	728	2.267
PASTAGENS	16.976	21.657	27.875	30.624	34.158	4.681	6.217	2.749	3.534
Naturais	14.084	17.660	22.124	23.781	23.813	3.575	4.464	1.658	31
Plantadas	2.892	3.998	5.751	6.842	10.346	1.106	1.753	1.091	3.504
MATAS E FLORESTAS	14.650	15.393	16.526	17.492	19.750	742	1.133	966	2.258
Naturais	14.402	14.817	16.425	17.461	19.611	414	1.608	1.036	2.150
Plantadas	247	575	100	31	139	328	-475	-70	108
TERRAS PROD. N UTILIZADAS	15.351	12.534	15.318	15.929	16.178	-2.817	2.784	611	249
T O T A L I	52.251	58.311	70.041	75.079	84.458	6.060	11.730	5.038	9.379
TERRAS INAPROVEITÁVEIS	6.090	4.679	4.256	3.610	3.986	-1.411	-423	-644	376
T O T A L II	58.341	62.990	74.297	78.689	88.444	4.649	11.307	4.392	9.755

Fonte: FIBGE - CENSOS AGRÍCOLAS 1950, 1960  
CENSOS AGROPECUÁRIOS 1970 e 1975



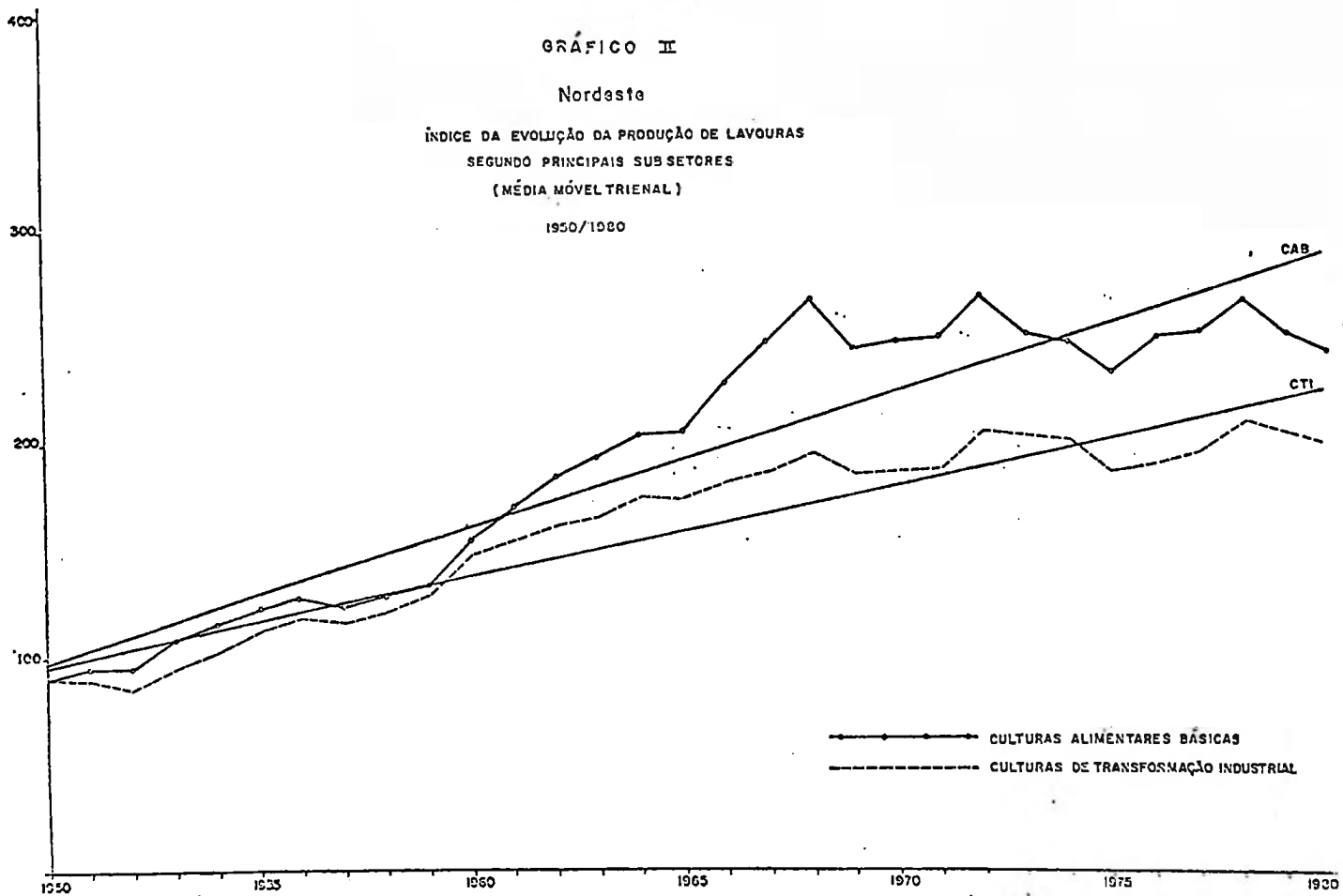
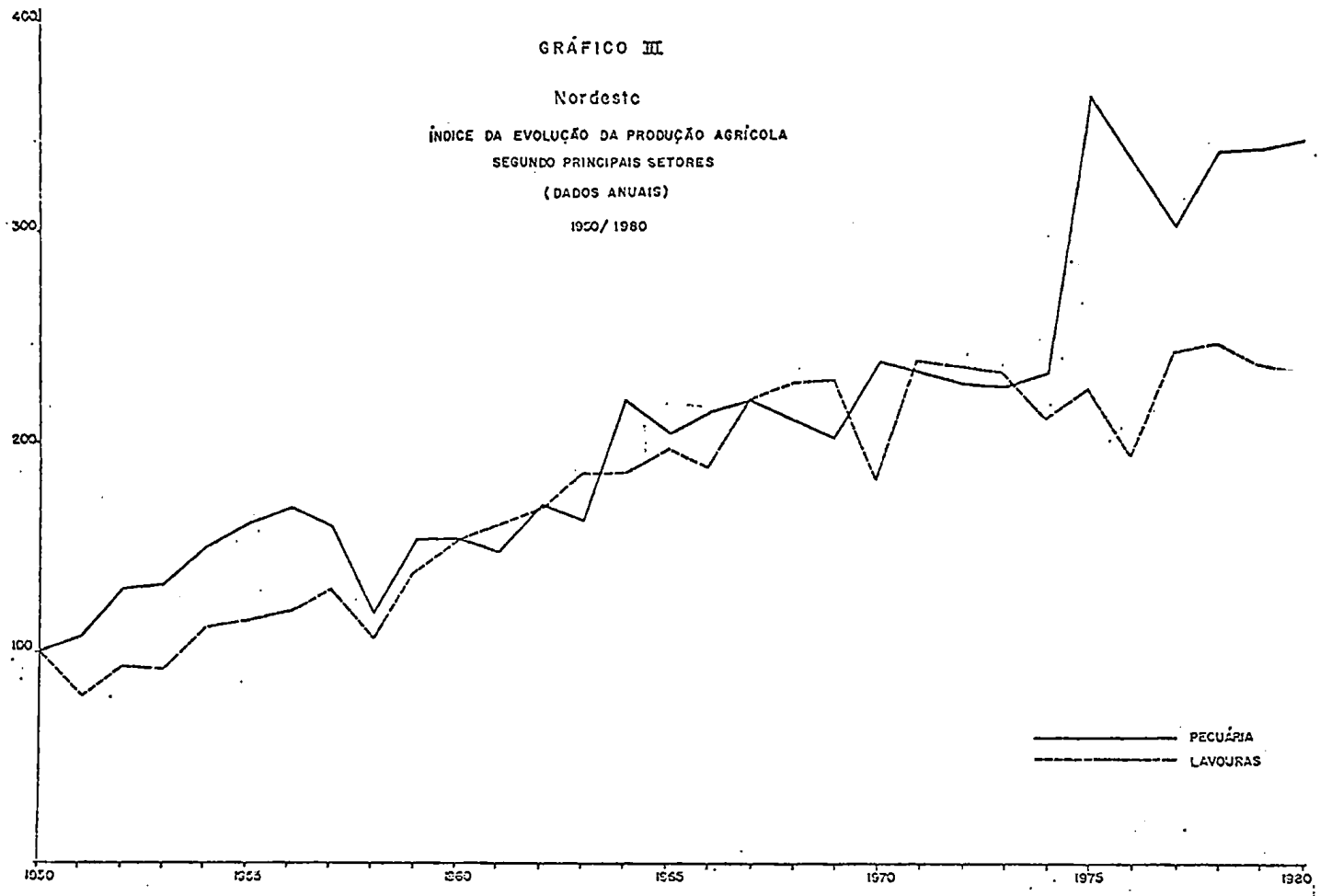


GRÁFICO III  
Nordeste  
ÍNDICE DA EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA  
SEGUNDO PRINCIPAIS SETORES  
(DADOS ANUAIS)  
1950/1980



## Capítulo II - PADRÕES DE CRESCIMENTO DA AGRICULTURA REGIONAL

Após a análise do desempenho da produção agrícola realizada no Capítulo I e da sua periodização, este capítulo preocupar-se-á com os padrões de crescimento da agricultura regional ao longo do período 1950/80. No essencial, trata-se de examinar o caráter extensivo ou intensivo desse crescimento ou, em outras palavras, em que medida ele se deveu à incorporação de novas terras, ou à tecnificação do processo produtivo, ou, ainda, à uma combinação de ambos.

O exame dos padrões de crescimento requer que se esclareça previamente, a distribuição das terras segundo os vários quadros naturais da região. Essa explicitação é de grande importância, pois, numa agricultura de grau de desenvolvimento limitado, o quadro natural, além de ser importante condicionador das atividades predominantes, influi, também, decisivamente na produtividade física das atividades agrícolas.

No âmbito das regiões naturais do Nordeste, uma importante distinção a fazer é entre as regiões de ocupação antiga e as de fronteira. As primeiras têm a seguinte subdivisão, com a respectiva participação na área total: Litoral e Mata (7,7%); Agreste (10,3%); Semi-Árida (51,0%); e Manchas Férteis (2,1%). As regiões de fronteira, por sua vez, confundem-se parcialmente com as regiões da transição Amazônica ou Meio-Norte (23,1%) e a região do Cerrado (5,7%), a primeira, quase que inteiramente localizada no Estado do Maranhão e a segunda no Estado da Bahia<sup>(1)</sup>. A dis

---

(1) Divisão do Nordeste, segundo as regiões naturais, extraída de: BRASIL/MINTER/SUDENE. Plano Integrado para o combate preventivo aos efeitos das secas no Nordeste. Sudene, Recife/Brasília, 1972, p.125.

tinção destas fronteiras têm relevância para este estudo, pois , são ocupadas em datas e de formas diversas.

Ao se examinar os dados de utilização das terras na agricultura regional, explicita-se a existência de distintos padrões de crescimento. Nos anos 50, tem pouca relevância a incorporação da fronteira agrícola, que assume importância progressiva a partir dos anos 60, embora com substanciais modificações na sua forma de ocupação após 1970. Enquanto nos anos 50 o estoque total de terras aumenta em apenas 4 milhões de hectares, nos períodos seguintes cresce respectivamente 12 milhões e 14 milhões de hectares (Tabela VI ).

Um exame mais acurado sobre a incorporação de terras nos anos 50 mostra que o movimento mais importante foi o da utilização mais intensiva das terras já apropriadas, através do uso de terras em descanso e de terras inaproveitáveis. Na impossibilidade de de apropriar novas fronteiras, a atividade agrícola expandiu-se incorporando áreas inaproveitadas nos estabelecimentos já existentes.

Quanto à destinação que é conferida às áreas incorporadas, a ampliação simultânea e, da mesma ordem de magnitude, das pastagens e lavouras e, no âmbito destas, das lavouras temporárias e permanentes, confirma a predominância de um padrão tradicional de crescimento. Este, como já vimos, caracteriza-se pela associação tanto da pecuária quanto das culturas de exportação com as lavouras de subsistência, desempenhando estas últimas um papel secundário.

A pouca expressividade que tem o crescimento das pastagens plantadas, bem como a sua participação no total das pastagens, são



um claro indicador do caráter predominantemente extensivo desta atividade. À essa época, excetuando algumas regiões isoladas onde existe a pecuária estabulada ou semi-intensiva, com cultura de forrageiras, a principal forma de utilização das terras se faz através da pecuária extensiva sem culturas de forrageiras. Esta última resulta da evolução da pecuária extensiva em campo aberto, de baixíssima produtividade, onde inexistia a combinação temporária com culturas de subsistência.

"Assim vai a pecuária aos poucos passando do sistema ultra extensivo do gado criado solto, em campo aberto, para o do gado cercado usando pastagens naturais.

.....

O uso de cercados permite, ainda, maior desenvolvimento da atividade agrícola, possibilitando maior associação entre esta e a criação. Assim, dispondo de várias "mangas", pode o fazendeiro, na época das chuvas, quando a pastagem é mais abundante, concentrar o gado em algumas delas e fazer nas demais, o plantio do algodão, do milho, da fava e do feijão."<sup>(2)</sup>

Se, na pecuária, as lavouras de subsistência constituem uma importante atividade complementar, nas tradicionais culturas de exportação, ora de forma associada, ora como apêndice, constituem, à essa época, parte inseparável das mesmas, configurando um sistema peculiar de uso da terra. A forma associada predomina na cultura do agave ou sisal, onde é possível o consórcio nos dois primeiros anos. É também um traço característico da cultura do algodão, seja arbóreo ou herbáceo. Enquanto atividade subsidiária, realizada em paralelo à grande lavoura, tem grande importância nas culturas

---

(2) ANDRADE, Manoel Correia de. "Padrões...", op.cit., p.355/356.

do cacau e da cana-de-açúcar.<sup>(3)</sup>

A combinação de atividades essencialmente mercantis; a pecuária e lavouras de exportação; com culturas de subsistência, atesta o grau de extensivismo da agricultura regional nesse período. Na pecuária, como já se viu, isto só é possível devido a inexistência de pastos plantados. Da mesma maneira, na agricultura, é fruto de um sistema pouco intensivo, caracterizado pela rotação de terras. Até os anos 50, mesmo culturas de menor grau de atraso, ainda são parcialmente cultivadas através deste sistema.

"A rotação de terras constituía o sistema de cultura generalizado. Utilizava-se uma gleba durante o tempo correspondente ao número de "cortes", que em função dos solos, o canavial permitia. Após o último corte, ficava o terreno em pousio durante alguns anos, cobrindo-se de capoeira, e nova área era cultivada. Mercê desse sistema de rotação dos campos cultivados, as terras de cultura de um engenho estavam sempre cobertas, em certas parcelas, pelos canaviais de várias idades (planta, soca, ressoça, etc.) e, em outras parcelas, pelas capoeiras, também de várias idades. Geralmente; a área coberta de capoeiras (inclusive capoeirões) era maior do que a ocupada pelos canaviais."<sup>(4)</sup>

Embora em algumas culturas o sistema de uso das terras altere-se progressivamente, na direção de um uso mais intensivo, nos anos 50 a rotação de terras é ainda amplamente predominante, notadamente na região semi-árida que, como vimos, ocupa a maior parcela do espaço regional. Nesta região, até recentemente, as práticas agrícolas caracterizavam-se pelo extensivismo, como mostra a

---

(3) Para uma descrição pormenorizada das várias formas de combinação das lavouras de subsistência com a grande lavoura ver: ANDRADE, Manoel Correia de. "Padrões..." op.cit., p.315 a 332.

(4) MELO, Mário Lacerda de. O Açúcar e o Homem; Problemas Sociais e Econômicos do Nordeste Canavieiro. Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1975, p.101 e 102.

descrição a seguir:

"As práticas agrícolas são, portanto, bastante rudimentares, se comparadas com os níveis tecnológicos predominantes em áreas de agricultura mais avançada. De modo geral, é realizada uma agricultura de consórcio onde, numa mesma área, são cultivadas diversas espécies. Frequentemente, não se registra rotação de culturas. As áreas assim plantadas são exploradas continuamente até exaurir-se por completo a sua fertilidade natural, quando então são entregues aos fatores diagenéticos dos solos para a sua reconstituição.

Esse tipo de agricultura itinerante vai assim, ano a ano, agregando novas terras que, em épocas passadas, já sofreram o mesmo tipo de desgaste."<sup>(5)</sup>

O caráter extensivo da agricultura nordestina até o final dos anos 50 confirma-se quando se analisa os dados sobre tecnificação (Tabelas VIII a XI). Em 1950, é inexpressiva a percentagem de estabelecimentos que utiliza algum tipo de máquina ou instrumento agrário ou mesmo insumos modernos adquiridos fora do setor agrícola. Até 1960 são poucas as modificações havidas na difusão da mecanização. Apenas o crescimento do uso de insumos modernos e, mais particularmente, dos gastos com alimentação para animais, indicam a gênese de uma pecuária leiteira, tecnicamente mais avançada.

Apesar da pouca expressão do aumento da mecanização, as informações por tamanho de estabelecimento (Tabela IX) mostram que existe uma clara tendência a concentração do uso de máquinas e instrumentos agrários mais sofisticados - tratores e arados de tração mecânica - nos estabelecimentos maiores. O inverso ocorre com os instrumentos mais simples - arado de tração animal cujo uso difun

---

<sup>(5)</sup> BRASIL/MINTER/SUDENE. Plano Integrado para o combate preventivo aos efeitos das secas no Nordeste, op.cit. p.151.

de-se também nos pequenos estabelecimentos.

A utilização de insumos modernos segundo o tamanho do estabelecimento, revela comportamento distinto (Tabela XI). Há, ao longo da década, uma concentração relativa dos gastos com insumos nos estabelecimentos de menor dimensão, em especial naqueles de tamanho entre 10 e 100 hectares, com a conseqüente redução relativa nos maiores, em particular nos latifúndios de mais de 1.000 hectares. Tanto os gastos com insumos para lavoura, quanto para a pecuária, seguem o mesmo padrão de concentração relativa nos estabelecimentos menores, o que traduz a gênese de setores mais capitalizados, como a pecuária de leite e os hortifrutigranjeiros, atividades características destes estabelecimentos.

As informações sobre tecnificação da produção indicam a quase exclusividade do crescimento extensivo da agricultura regional, no período 50/60, à exceção das atividades já mencionadas anteriormente, cuja pouca expressividade no conjunto da produção não é suficiente para modificar o padrão tradicional de crescimento. Este caráter predominantemente extensivo é confirmado, ao se examinar a evolução dos rendimentos agrícolas (Tabela XII). Para a maior parte das culturas, os rendimentos são constantes ou decrescentes, à exceção do sisal no grupo de culturas de transformação industrial e da cebola nos hortifrutigranjeiros.

O comportamento dos rendimentos agrícolas nos anos 50, traduz o crescimento extensivo da agricultura regional, onde é fundamental o papel da incorporação de novas terras como fonte de crescimento da produção. Na impossibilidade da ocupação de fronteira agrícola, esta incorporação se faz através da ampliação da área não utilizada nos estabelecimentos já existentes. Como já se viu anteriormente, grande parte dessas terras constituíam áreas em des

canso ou inaproveitáveis. Devido ao grande peso da região semi-árida no conjunto das terras, a expansão da área cultivada ocorre primordialmente nesta zona, tornando a produção, em particular a produção de alimentos, mais vulnerável aos efeitos das secas.<sup>(6)</sup>

A partir de 1960, há uma mudança significativa no padrão de crescimento da agricultura regional, indicada inicialmente pela mudança na incorporação de novas terras. Aparece como relevante a incorporação da fronteira agrícola - em particular da pré-amazônia maranhense - agregando-se cerca de 12 milhões de hectares às terras já existentes, permitindo uma diminuição da pressão sobre as áreas antigas, através do aumento das terras em descanso e a estabilidade das inaproveitáveis (Tabela VI ).

Quanto as mudanças ocorridas no uso das terras, embora seja necessário distinguir entre áreas antigas e áreas novas, os dados globais indicam claras modificações comparativamente ao período anterior. Há, assim, uma aceleração do crescimento das pastagens quando comparado com o das lavouras. Nas primeiras, também se expandem mais rapidamente as pastagens plantadas, embora seja substantiva a ampliação das pastagens naturais. Por último, um fato que merece explicação mais detalhada; a persistência do aumento das áreas com culturas permanentes e uma redução absoluta das lavouras temporárias.

A continuidade da expansão da área com culturas permanentes; restrita exclusivamente as zonas antigas - embora indique uma per

---

(6) Esta questão está devidamente enfatizada no diagnóstico cepalino, ao tratar da instabilidade da produção de alimentos. Ver em especial: BRASIL/SUDENE. I Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (1961-1963). Recife, Sudene/Divisão de Documentação, 1966, p.119

sistência da tendência da década anterior, esconde importantes modificações. Em primeiro lugar porque essas culturas permanentes, que se confundem em larga medida com as culturas de exportação, têm uma expansão desequilibrada da área cultivada, ao contrário da década anterior. Seu crescimento ocorre em culturas típicas das zonas menos úmidas, como o algodão, a mamona e o sisal (Tabela VII).

Por outro lado, embora não haja indicações de mudanças para o conjunto dessas lavouras, pelo menos a cana-de-açúcar passa por um importante processo de especialização, onde as culturas de subsistência que eram realizadas como atividade subsidiária passam a ser suprimidas:

"Com a adoção de um sistema agrícola de caráter contínuo, a expansão da produção canavieira começou a se fazer mediante a supressão das áreas de pousio e o uso praticamente não interrompido do espaço cultivável. Também se fez em detrimento das reservas de mata. E, finalmente, foi sendo realizada à custa da diminuição e da supressão das áreas privativas onde os numerosos moradores e sitiantes mantinham pequenas lavouras e pequenas criações em forma de policultura de subsistência."<sup>(7)</sup>

Ainda no grupo das lavouras, uma informação aparentemente contraditória é a do decréscimo da área dedicada às lavouras temporárias, durante os anos 60 (Tabela VI). Apesar do processo de especialização nas áreas antigas - seja da cana-de-açúcar ou da pecuária, como veremos adiante - ter contribuído para um menor dinamismo dessas lavouras, não foi suficiente para anular sua expansão, seja em consórcio com tradicionais lavouras da zona semi-árida, ou como resultado da ocupação da fronteira agrícola.

---

(7) MELO, Mário Lacerda de: O Açúcar e o Homem... op.cit., p.104.

É certo que os dados censitários de 1970, subestimaram a área dedicada às lavouras temporárias, por ser este um ano de seca de grande intensidade, que, como vimos no capítulo I, implicou numa redução substancial da produção e, conseqüentemente, da área cultivada com essas lavouras. O confronto com dados de outra fonte (Tabela VII) evidencia a subestimação do crescimento das lavouras temporárias no período 60/70. Segundo esta fonte, a expansão da área cultivada dessas culturas, foi da mesma magnitude da década anterior.

A ampliação da área com culturas temporárias foi resultado da já notada expansão de culturas de exportação típicas das zonas semi-áridas, mas foi, fundamentalmente, produto da ocupação da fronteira agrícola, que se fez primordialmente através dessas culturas. A descrição que se segue, expressa com clareza a importância dessas lavouras na ocupação da fronteira agrícola, bem como o caráter extensivo do processo.

"O processo agrícola, comumente encontrado, sabemos ser aquele, anteriormente descrito, que, segundo o aspecto edafo-topográfico das áreas que utiliza, classifica-se como de sequeiro e, pelo primitivismo do processo produtivo, se denomina "de toco" (significando isso o não uso da operação de destocamento). Nele, as combinações agrícolas mais freqüentes têm no arroz a cultura amplamente predominante ou o produto-rei. Com o arroz consorcia-se - mais freqüentemente, e em maior proporção, o milho. Seguem-se ora o feijão ora a mandioca."<sup>(8)</sup>

Resta, contudo, por explicar porque a expansão da área com lavouras temporárias e, mais particularmente, com culturas alimentares básicas, não se faz a um ritmo superior ao da década de 50,

---

<sup>(8)</sup> MELO, Mário Lacerda de. O Meio Norte... op.cit., p.88.

como seria de esperar, em razão da ocupação da fronteira agrícola. Isto se deve ao processo de especialização que se opera nas áreas antigas, na cultura de cana-de-açúcar, mas, principalmente, na atividade pecuária. Embora nos anos 60 o crescimento absoluto das pastagens naturais - que permitem a associação com lavouras de subsistência - ainda seja maior do que o das pastagens plantadas, estas últimas se expandem mais rapidamente, indicando um importante processo de especialização nas áreas antigas.

Como vimos anteriormente - capítulo I - enquanto a pecuária é de natureza semi-intensiva, divide sazonalmente o uso das terras, com as culturas de subsistência. Esta combinação de atividades continua ainda a ter importância nas áreas antigas, em razão do crescimento das pastagens naturais. Mesmo nas áreas de fronteira, onde a ocupação se faz através das lavouras temporárias, o tipo de ocupação realizado implica em que a pecuária suceda a lavoura com o passar do tempo. Enquanto há novas áreas "livres", a ocupar é sempre possível a convivência entre as duas atividades:

"Para que a pecuária se tornasse uma atividade de maior importância e, sobretudo, para que viesse a perder sua função apenas complementar e viesse a se comportar como atividade autônoma, seria necessário, antes do mais, que a própria agricultura, através do desmatamento progressivo de áreas usadas para os plantios, lhe fosse preparando espaços. Um fator favorável ao desempenho, pela lavoura, dessa função preparadora de espaços para a pecuária era a prática do itinerantismo agrícola, a qual, condicionada, entre outros fatores, pela má qualidade dos solos, gerava a necessidade de sistemáticas e incessantes derrubadas."<sup>(9)</sup>

---

(9) MELO, Mário Lacerda de. O Meio Norte... op.cit., p.112/113.



Apesar de ainda importante, a pecuária tradicional vai cedendo espaços, nas áreas antigas, à pecuária especializada, fundada nos pastos plantados. Este processo, denominado de pecuarização, não permitindo a combinação lavouras-pecuária, contribui decisivamente para reduzir a área cultivada com as primeiras. O plantio de pastos permanentes retira qualquer possibilidade de utilização alternada das terras com lavouras temporárias e pastagens naturais. A pecuarização atinge principalmente o consórcio milho-feijão-algodão e realiza-se em duas etapas: na primeira restringe-se o plantio do algodão pelo maior período de tempo que ocupa as terras. Na segunda, substitui-se as culturas temporárias definitivamente pelo capim.

Nos anos 60, o processo de pecuarização tem como locus privilegiado a região Agreste e apenas poupa as culturas mais especializadas, como as de hortifrutigranjeiros ou algumas grandes lavouras.

"Como se vê, excetuando o caso do Agreste Norte rio-grandense, registram, os números, um acentuado expansionismo pastoral e, paralelamente, um crescimento inexpressivo das áreas de lavoura. Expansionismo que não raro, se traduz em verdadeira explosão pecuarista. Na escala microrregional e, sobretudo, na escala do município, o comportamento da lavoura consigna declínios assustadores. Ao nível dos diferentes produtos, o decréscimo se acentua sobretudo no caso específico da cultura do algodão. Ressalvemos não ser generalizado o fenômeno em causa na totalidade dos tipos de espaços agrários agrestinos, sendo comum, entretanto, na maior parte daqueles onde o sistema de uso da terra está constituído pelo gado e pelas lavouras tradicionais. Não aparece, pois, nas manchas de agricultura de exceção, onde geralmente dominam processos produtivos intensivos (horticultura, fruticultura, fumo, batata-inglesa, laranja), nem nas áreas de grande lavoura comercial da ca

na-de-açúcar, do cacau e do café."<sup>(10)</sup>

A partir das informações analisadas anteriormente, pode-se afirmar que, além da importância fundamental da ocupação da fronteira agrícola, os anos 60 apresentam importantes transformações no uso da terra. Estas modificações diferenciam o padrão de crescimento relativamente ao da década anterior, embora este ainda subsista em escala importante. Contudo, o fenômeno mais relevante e característico deste período é a constituição nas áreas antigas de zona de culturas especializadas. Simultaneamente, e em decorrência, há o deslocamento espacial da produção de lavouras de subsistência, sendo sua supressão nas zonas antigas compensada pela produção na fronteira agrícola.

As indicações de transformação no padrão tradicional de crescimento da agricultura regional, inferidas da análise da utilização das terras, são confirmadas através dos dados sobre a tecnificação da produção. Estes sugerem que o crescimento extensivo, amplamente predominante na década anterior, passa a combinar-se não só com a especialização de algumas atividades, mas com a sua organização, de forma intensiva.

Quanto ao uso de máquinas e instrumentos agrários, nota-se que para aqueles de maior sofisticação - arados mecânicos e tratores - o crescimento, apesar de expressivo, ainda não configura uma utilização significativa dos mesmos. Tal não ocorre contudo com os instrumentos mais simples como os arados de tração animal, cuja excepcional expansão permite a sua difusão por um grande número de estabelecimentos.

---

(10) MELO, Mário Lacerda de. Os Agerotes - estudo dos espaços nordestinos do sistema gado-policultura de uso de recursos. Recife, Sudene/CPR, 1980, p.533.

Se estes dados são tomados por tamanho de estabelecimento, fica patente a ocorrência de uma tecnificação parcial e localizada. Em primeiro lugar subsiste a tendência de uma concentração de maior grau dos instrumentos mais sofisticados, em estabelecimentos de maior dimensão. Aliás, já nesta década, os estabelecimentos maiores - em particular os de mais de 1.000 hectares - revelam uma expressiva utilização de tratores e arados mecânicos, embora restrita a algumas atividades. Já os arados de tração animal têm outro padrão de utilização, que, embora concentrada, não impede sua disseminação nos vários tamanhos, não deixando, tampouco, de configurar uma tecnificação seletiva e concentrada.

A estrutura de despesa dos estabelecimentos, mostra a continuidade do crescimento mais que proporcional dos gastos com insumos modernos. Como na década anterior, são as despesas com insumos modernos para a pecuária que se expandem mais rapidamente, sugerindo uma tecnificação mais intensa desta atividade. Por sua vez, as despesas com insumos para as lavouras, aumentam ligeiramente a sua participação, traduzindo a existência de um processo de modernização restrito a algumas culturas.

Tomando-se os dados de despesas por tamanho de estabelecimento, observa-se que dois estratos aumentam a sua participação nesses gastos: o dos pequenos estabelecimentos de menos de 10 hectares e o dos médios com tamanho entre 100 e 500 hectares. Este aumento se faz sentir tanto nos gastos com insumos para as lavouras, quanto para a pecuária. Nas pequenas explorações está, certamente, associada à expansão dos hortifrutigranjeiros, e à pecuária leiteira, enquanto nos médios estabelecimentos à pecuária de corte e a lavoura de cana-de-açúcar.

O conjunto das informações sobre tecnificação da produção, embora confirmem a existência de alguma forma de crescimento intensivo na agricultura regional nos anos 60, também sugerem o caráter restrito e desigual desta tecnificação. Sinteticamente, pode-se apontar como característica desta tecnificação, o seu caráter seletivo, expresso tanto na sua concentração em determinados estratos da área e ao nível interno destes, quanto em um reduzido número de atividades.

A tecnificação desigual e seletiva da agricultura regional, bem como a ocupação da fronteira agrícola, têm importantes impactos sobre o comportamento dos rendimentos agrícolas. No grupo das culturas alimentares básicas há uma elevação generalizada da produção por hectare, que reflete, antes de tudo, a substituição parcial da produção suprimida nas áreas antigas, pela nova produção, em terras mais férteis, na fronteira agrícola.

Para as culturas de transformação industrial há, também elevação dos rendimentos agrícolas, à exceção do algodão e do sisal. Estas últimas são as culturas que apresentaram a maior expansão de área cultivada na década, devendo esta expansão ter ocorrido, parcialmente, em terras menos férteis, contribuindo para a queda dos rendimentos. Nas demais, pelo menos a cana-de-açúcar e o fumo devem o aumento da produtividade física à especialização combinada com uma maior utilização de insumos modernos.

No subsetor de hortifrutigranjeiros, os rendimentos também se elevam ao longo da década - excetuando a batata inglesa. Contudo, este aumento de produtividade física só se faz notar na segunda metade dos anos 60, havendo, mesmo no início do período, uma redução desses rendimentos. Devido ao alto grau de utilização de

insumos modernos por essas culturas, este comportamento está associado a mudanças ocorridas na política de crédito agrícola, e sua definição mais precisa a partir de 1966.

Como foi dito ao iniciar-se a análise do período 1960/70, o padrão de crescimento sofre importantes modificações, quando comparado ao padrão extensivo da década anterior. Embora não se possa falar de uma superação radical deste padrão tradicional, caracterizado pelo extensivismo, não se pode negar que a partir dos anos 60, este passa a combinar-se com o crescimento intensivo localizado, que tende com o tempo, a ser cada vez mais relevante na definição do comportamento da agricultura nordestina.

O período mais recente; os anos 70; dada a sua relevância e a disponibilidade de dados, será dividido em dois subperíodos distintos. No primeiro, que vai de 1970 a 1975, há indicações de que o padrão de crescimento caracterizado pela combinação do crescimento extensivo com o intensivo localizado, encontra seus limites. Já para a fase seguinte, tudo indica que subverte-se a hierarquia dos padrões, passando o crescimento intensivo a imprimir a dinâmica da agricultura regional, persistindo o crescimento extensivo como tendência secundária.

Para a primeira metade da década, chama de imediato a atenção, a redução no ritmo de incorporação da fronteira agrícola. Ao mesmo tempo, certas tendências observadas na década anterior ou persistem, como o crescimento mais rápido das pastagens vis a vis as lavouras, ou são exacerbadas, como a expansão mais acelerada das pastagens plantadas quando comparadas com as naturais. Há, contudo, aspectos novos a serem examinados notadamente na utilização das terras pelas lavouras, onde inverte-se a configuração anterior, aumentando moderadamente as áreas com lavouras temporárias

e reduzindo-se, em valores absolutos, as de lavouras permanentes.

Não há dúvida de que a principal característica do uso da terra, neste período, é o avanço do processo de pecuarização, expresso no mais rápido crescimento das pastagens plantadas. Este, além de se intensificar nas áreas onde teve a sua gênese, avança, também, em áreas novas, como é o caso de áreas localizadas nas regiões sertanejas.

"Mais recentemente, no entanto, vem ocorrendo em algumas unidades produtivas da área, o rompimento da associação gado-algodão (...). Nas grandes propriedades, a especialização na pecuária bovina vem resultando da capitalização da unidade produtiva para o que tem contribuído, decisivamente, a facilidade de obtenção de crédito bancário, que é utilizado:

a) para a construção de açudes e no cultivo de forragêiras, o que reduz a importância do algodão como pasto para o gado, na estação seca.(...)"<sup>(11)</sup>

O aumento da velocidade da pecuarização nas áreas antigas, seja pela intensificação e generalização no Agreste, seja pela penetração em áreas limitadas da região sertaneja, é responsável pelo crescimento inexpressivo da área cultivada com algumas culturas de transformação industrial, em particular o algodão, que sofre um decréscimo de área plantada. Não há dúvida que a ela, também, está associada o menor dinamismo das áreas com lavouras alimentares básicas, em especial o feijão, milho e mandioca. (Tabela VII).

O fraco desempenho das culturas alimentares básicas, está,

---

<sup>(11)</sup> SILVA, Marlene Maria da. Sertão Norte: Área do Sistema Gado-Algodão. Recife, Sudene/CPR, 1982, p.144.

ainda, associado ao menor ritmo de incorporação da fronteira agrícola, bem como à mudança da estrutura produtiva que nela se opera. A partir dos anos 70, inverte-se o mecanismo clássico de ocupação da fronteira agrícola, principalmente no que diz respeito à definição da propriedade das terras, influenciando a forma pela qual é utilizada. Como vimos anteriormente, a ocupação da fronteira se fazia através da cultivo itinerante de lavouras temporárias. Após certo número de anos, as áreas eram abandonadas, vindo a seu reboque a definição da propriedade das terras e, com ela, a atividade pecuária. Posteriormente, o processo inverte-se da maneira como está descrito a seguir:

"Sobretudo a partir dos fins dos anos sessenta e começo dos anos setenta, a estruturação fundiária, em vez de ocorrer na esteira das frentes de avanço da agricultura, realiza-se por antecipação em terras ainda virgens, cobertas de matas (...) Desta vez, o interesse primeiro e fundamental não é o de promover uma ocupação agrícola, mas sim o de contar com espaços para a pecuária. A função da lavoura do arroz, feita por pequenos agricultores sem terra, nesses grandes domínios, passou a constituir a forma mais econômica de se prepararem os terrenos para a formação de pastagens plantadas."<sup>(12)</sup>

Há, assim, duas razões distintas para a limitação do espaço para as lavouras alimentares básicas na fronteira agrícola: a apropriação prévia das terras que dirige a ocupação diretamente para a pecuária, reduzindo o tempo em que são utilizadas para as lavouras, e a própria redução do ritmo de incorporação de novas terras que agrava, em termos globais, a primeira circunstância. Como veremos posteriormente, enquanto o primeiro fator é de natureza permanente, o segundo tem caráter temporário.

---

(12) MELO, Mário Lacerda de. O Meio Norte... op.cit., p.205/206.

As informações sobre tecnificação da produção também sugerem uma continuidade e, até mesmo, um aumento de ritmo na utilização de técnicas e insumos modernos na agricultura regional. Isto ocorre para todos os tipos de máquinas e instrumentos, porém, mais rapidamente para os arados mecânicos e tratores, embora para o conjunto dos estabelecimentos, o seu uso ainda seja insignificativo, ao contrário do que ocorre com os arados de tração animal, que apresentam uma razoável difusão. Quando se analisa a utilização por tamanho da exploração, delinca-se um quadro mais claro: os instrumentos e máquinas mais sofisticados aumentam sua concentração nos maiores estabelecimentos, onde seu uso é significativo, ocorrendo o oposto com os arados de tração animal.

No período em questão, o peso dos gastos com insumos modernos nas despesas totais dos estabelecimentos, não acusa grandes variações, mas até um pequeno decréscimo. Se consideramos, porém, o surgimento de novos gastos com a compra de serviços a terceiros, reafirma-se a persistência da expansão mais que proporcional das despesas próprias do crescimento intensivo. Do mesmo modo que os instrumentos e máquinas agrícolas mais sofisticados, as despesas com insumos e serviços modernos aumentam mais rapidamente nos maiores estabelecimentos. Esta tendência é válida para o conjunto dos insumos agrícolas, a exceção daqueles destinados a alimentação para animais, atestando que a pecuária de leite ainda é atividade de grande importância nos pequenos e médios estabelecimentos.

O que se pode inferir do conjunto dos dados acerca da tecnificação da produção, é que o seu aumento de ritmo ocorreu simultaneamente com o aumento de sua concentração relativa nos estabelecimentos de maior tamanho. Em síntese, no período, patenteia-se a tendência a uma tecnificação mais rápida das grandes explorações,



constituindo este fato uma nova característica do padrão de crescimento da agricultura regional.

Como se reflete a aceleração da modernização seletiva e o esgotamento temporário da agregação de novas terras na fronteira agrícola, nos rendimentos físicos das diversas culturas? O único grupo de lavouras a apresentar um comportamento mais convergente é o dos hortifrutigranjeiros, onde aumentam os rendimentos físicos, à exceção da laranja. Para as culturas alimentares básicas, exceto o arroz para o qual os rendimentos são estáveis, há uma nítida redução da produção por área cultivada. As culturas de transformação industrial apresentam um comportamento mais complexo. O algodão e a mamona, cujas áreas cultivadas são parcialmente substituídas, de zonas mais férteis onde houve pecuarização, para zonas menos férteis na região semi-árida, têm seus rendimentos reduzidos.

As demais culturas apresentam rendimentos invariáveis - cana-de-açúcar, fumo e sisal - ou crescentes como é o caso do cacau. Tudo indica, portanto, que à exceção do cacau, a tecnificação nas grandes lavouras dinâmicas, orientou-se mais no sentido de poupar força de trabalho do que economizar terra através da elevação de sua produtividade.

Para o restante da década; os anos que vão de 1975 a 1980; volta a se intensificar a ocupação da fronteira agrícola, embora com características peculiares. Trata-se agora da fronteira de transição para os cerrados, localizada na sua quase totalidade no Estado da Bahia. Por outro lado, esta fronteira é ocupada de forma peculiar, o que se expressa através do crescimento preponderante das pastagens plantadas e das lavouras temporárias. As pasta-

gens naturais têm crescimento insignificante, enquanto as lavouras permanentes têm aumento pouco expressivo. (Tabela VI ).

É certo que o crescimento excepcional das pastagens plantadas reflete a pecuarização, tanto nas áreas antigas, quanto na fronteira da pré-amazônia maranhense. Contudo a expansão simultânea desse tipo de pastagens com as lavouras temporárias, sugere que a nova fronteira agrícola é ocupada de maneira distinta, ou seja, com as lavouras temporárias viabilizando diretamente sua ocupação definitiva, através de pastos plantados.

"(...) O processo inicia-se com a apropriação de grandes lotes de terra e com a roçagem da mata, a fim de ser retirada a madeira de lei, que é comercializada, fazendo carvão vegetal com a madeira de menor valor. Em seguida, com a floresta seca, devido ao corte das várzeas de maior porte, se faz a "coivara", a queima de grandes trechos de mata. À queima, segue-se a cultura do milho feita por agricultores e, em seguida, a renovação desta cultura em associação com a de capim. Colhido o milho e atingida a idade adulta pelo capim, a propriedade é dividida em cercados de arame farpado e o gado solto. Aquela mão-de-obra utilizada na derubada e na preparação do terreno migra para as novas áreas em abertura, permanecendo na região enquanto existem terras em desbravamento."<sup>(13)</sup>

A grande expansão que tem a área cultivada com lavouras temporárias na última metade dos anos setenta, está certamente associada a esta nova forma de ocupação da fronteira agrícola. Contudo, não é lícito esquecer que nas zonas semi-áridas de antiga ocupação também continuam a expandir-se. Como foi mostrado, onde o processo de pecuarização não pôde completar-se devido à limitações de solo ou clima, o algodão é suprimido do consórcio, passando a pecuária a combinar-se, de forma sazonal, exclusivamente com as

---

(13) ANDRADE, Manuel Correia de. Áreas de domínio da pecuária extensiva e semi-intensiva na Bahia e norte de Minas Gerais. Recife, Sudene/CPR, 1982, p.247.

culturas de subsistência. Não é outra a razão para a queda contínua da área cultivada com o algodão ao longo de toda a década de 70.

Ainda quanto as lavouras temporárias, a única cultura que adquire definitivamente autonomia em relação à pecuária e as culturas de exportação é o arroz. Além de consolidar-se como cultura especializada nas áreas antigas, consegue, também, resistir ao ímpeto da pecuarização na fronteira agrícola, onde, em áreas de maior fertilidade, estrutura-se como cultura comercial especializada. Por fim, a expansão mais lenta das lavouras permanentes, embora se deva à decadência de algumas lavouras como a do algodão e do sisal, esconde o excepcional dinamismo de algumas delas, em especial a cana-de-açúcar, o fumo e a mamona, configurando claramente um grupo de culturas dinâmico, e outro estagnado.

Do ponto de vista do uso da terra, este período consolida, definitivamente, os processos cuja gênese encontra-se na década anterior. Nas áreas antigas, o processo de pecuarização tem como limites as culturas comerciais tradicionais, típicas de grande exploração como a cana, o cacau, mas, também, esbarra em certas zonas, no novo setor de hortifrutigranjeiros, de grande dinamismo. Afora esses dois grupos de atividades, apenas limitações de solo ou clima, tornam o seu avanço mais difícil não impedindo, contudo, a supressão do algodão do tradicional consórcio gado-algodão-lavouras de subsistência. Nas zonas de fronteira são mais fracas as resistências à pecuarização e, apenas a cultura de arroz, em áreas delimitadas, mantém-se como atividade em expansão.

A análise da tecnificação da produção para o período 1975/80, embora incompleta pela ausência dos dados por tamanho de estabelecimento, sugere a continuidade do processo característico da pri-

meira metade da década. Há uma excepcional expansão do número de tratores e arados de tração mecânica, que são típicos dos grandes estabelecimentos e um crescimento pouco expressivo dos arados de tração animal, que têm maior grau de difusão. Já os dados de utilização de insumos modernos revelam uma aceleração no crescimento de seu uso, tanto para as lavouras quanto para a pecuária.

A consolidação de um padrão de crescimento desigual, que combina o extensivismo com o intensivismo seletivo e concentrado, reflete-se claramente no comportamento dos rendimentos agrícolas. Para o grupo de lavouras onde persiste o padrão extensivo, os rendimentos são declinantes, como é o caso do algodão, do sisal e das culturas alimentares básicas, a exceção do arroz. Para estas últimas, a queda dos rendimentos reflete, além da continuidade da produção nas zonas semi-áridas, de menor fertilidade, a substituição de zonas de produção na fronteira da pré-amazônia maranhense, por áreas da fronteira de transição para o cerrado, em terras de pior qualidade.

A outra face do processo extensivo apontado anteriormente, é o intensivismo crescente que passa a caracterizar certas culturas - hortifrutigranjeiros, arroz, cana-de-açúcar e cacau - traduzindo-se na elevação da produtividade por hectare. São essas atividades realizadas progressivamente de forma intensiva, em combinação com a pecuária de melhor nível técnico, que passam definitivamente a imprimir a dinâmica da agricultura regional.

Tabela VII  
N O R D E S T E

Crescimento da Área Cultivada por Produtos e Subsetores (%)  
1950/1980

Períodos Produtos	1950/60	1960/70	1970/80	1970/75	1950/80
Algodão	58,8	54,7	-5,1	-4,2	133,2
Cacau	73,0	-7,5	4,2	3,7	66,6
Cana	48,0	24,8	66,4	28,3	207,5
Fumo	46,1	-5,0	21,4	8,5	68,6
Mamona	21,5	33,2	21,2	12,7	96,3
Sisal	74,3	108,6	0,5	-0,0	265,7
C T I	56,2	41,5	7,3	2,1	137,3
Arroz	137,9	80,4	49,6	6,6	542,3
Feijão	69,5	63,6	25,0	17,4	246,9
Milho	60,3	55,1	17,4	18,7	192,0
Mandioca	33,3	58,2	27,4	9,9	168,9
C A B	63,5	61,5	26,4	14,8	234,0
Banana	63,3	117,8	43,5	4,9	410,8
B. Doce	23,1	37,3	-48,9	-29,5	-13,6
B. Inglesa	131,0	-3,3	-82,5	-33,8	-61,0
Cebola	179,0	27,9	32,7	-11,6	373,8
Laranja	46,8	91,1	124,9	39,8	531,2
Tomate	90,2	16,4	-7,2	-16,3	105,6
H O R T I	51,0	63,5	13,7	-5,9	180,9
TOTAL	59,5	51,6	17,2	8,5	183,8

Fonte: FIBGE - ANUÁRIOS ESTATÍSTICOS

Tabela VIII  
N O R D E S T E

Utilização de Máquinas e Instrumentos Agrários  
1950/1960/1970/1975/1980

	T R A T O R E S			A R A D O S					
	Estabelecim. Informantes	Número de Tratores	% de estab. que possuem	TRAÇÃO ANIMAL		TRAÇÃO MECÂNICA		% de estab. que possuem	
				Estabelecim. Informantes	Número de Arados	% de estab. que possuem	Estabelecim. Informantes		Número de Arados
1950	317	451	0,0	7.544	12.463	0,9	1.357	2.026	0,2
1960	2.085	3.130	0,2	14.184	18.345	1,3	4.859	6.461	0,3
1970	5.047	7.280	0,2	96.446	122.691	4,4	3.812	5.751	0,2
1975	9.610	15.070	0,4	161.044	208.879	6,9	6.498	10.660	0,3
1980	25.733	38.046	1,5	192.745	237.773	7,9	18.049	27.660	0,7

Fonte: FIBGE - CENSOS AGRÍCOLAS 1950 e 1960

CENSOS AGROPECUÁRIOS 1970, 1975 e 1980

Tabela IX

N O R D E S T E

Utilização de Máquinas e Instrumentos Agrários por Grupos de Área  
1950/1960/1970/1975

	Tratores		Arados de Tração Mecânica		Arados de Tração Animal	
	Número	% que Possuem	Número	% que Possuem	Número	% que Possuem
0 - 10						
50	1	0,0	117	0,0	1.579	0,3
60	151	0,0	886	0,1	3.381	0,4
70	382	0,0	326	0,0	36.751	2,3
75	594	0,0	437	0,0	66.333	3,8
10 - 50						
50	12	0,0	333	0,1	2.776	1,0
60	367	0,0	1.661	0,4	5.902	1,5
70	907	0,1	676	0,1	43.095	8,2
75	1.324	0,2	1.020	0,2	73.806	13,5
50 -100						
50	25	0,0	176	0,2	1.120	1,1
60	216	0,1	698	0,6	2.135	2,4
70	621	0,5	473	0,3	14.376	9,3
75	1.075	0,8	876	0,6	24.428	14,5
100 -500						
50	100	0,1	686	0,6	3.513	2,4
60	1.098	0,8	1.978	1,4	4.521	2,9
70	2.415	1,6	2.022	1,2	20.273	10,4
75	5.144	3,3	3.970	2,2	31.756	14,6
500 -1000						
50	70	0,6	341	1,7	1.681	6,5
60	663	3,2	697	3,6	1.519	5,4
70	1.270	5,5	1.005	4,1	4.846	13,7
75	2.535	10,2	1.781	7,0	6.678	15,9
1000 e +						
50	109	1,4	370	2,5	1.794	5,9
60	635	4,2	588	4,2	883	4,2
70	1.685	9,5	1.233	7,3	3.310	11,9
75	4.398	17,1	1.781	7,0	5.878	14,4

Fonte: FIBGE - CENSOS AGRÍCOLAS 1950 e 1960  
CENSOS AGROPECUÁRIOS 1970 e 1975

Tabela X  
N O R D E S T E

Estrutura das Despesas dos Estabelecimentos (%)  
1950/1980

Categorias	Anos				
	1950	1960	1970	1975	1980
-Salários	57,0	51,3	35,3	34,8	35,6
-Serviço de Empreitada	-	-	11,9	7,4	-
-Quota-Parte	6,9	12,7	2,9	2,8	1,4
<u>Subtotal</u>	<u>63,9</u>	<u>64,0</u>	<u>50,1</u>	<u>45,0</u>	<u>37,0</u>
-Adubos e Corretivos	2,7	3,0	5,2	7,0	8,8
-Sementes e Mudas	2,4	3,6	1,7	1,1	2,4
-Defensivos Agrícolas	0,5	1,3	1,2	1,1	1,9
-Medic. p/Animais	-	-	1,9	2,3	2,3
-Alim. p/Animais	-	6,0	10,0	6,8	10,6
<u>Subtotal</u>	<u>5,6</u>	<u>13,9</u>	<u>20,0</u>	<u>18,4</u>	<u>26,0</u>
-Aluguel de Maq.e Equip.	-	-	-	1,1	2,2
-Transporte de Prod.	-	-	-	2,4	2,0
-Serviços de Empreitada	-	-	-	2,7	9,1
<u>Subtotal</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6,2</u>	<u>13,3</u>
-Arrendamentos	2,2	3,3	3,4	2,9	2,6
<u>Subtotal</u>	<u>2,2</u>	<u>3,3</u>	<u>3,4</u>	<u>2,9</u>	<u>2,6</u>
-Juros e Desp.Banc.	-	-	3,1	4,0	5,2
-Impostos e Taxas	3,3	-	5,8	4,5	3,7
<u>Subtotal</u>	<u>3,3</u>	<u>-</u>	<u>8,9</u>	<u>8,9</u>	<u>8,9</u>
-Outros	24,9	18,9	17,7	19,1	12,2
<u>Subtotal</u>	<u>24,9</u>	<u>18,9</u>	<u>17,7</u>	<u>19,1</u>	<u>12,2</u>
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: FIBGE - CENSOS AGRÍCOLAS 1950 e 1960  
CENSOS AGROPECUÁRIOS 1970 , 1975 e 1980





## Tabela XII

N O R D E S T E

Rendimentos (kg/ha) das Principais Culturas (médias quinquênais)\*  
1950/1980

Culturas	1950/55	1956/60	1961/65	1966/70	1971/75	1976/80
-Algodão	341	332	335	291	260	215
-Cacau	493	399	322	423	541	636
-Cana-de-Açúcar	39.789	40.121	41.456	44.471	44.869	47.700
-Fumo	771	546	693	783	750	877
-Mamona	791	780	731	928	801	808
-Sisal	604	1.046	1.065	971	1.007	754
-Arroz	1.313	1.289	1.485	1.360	1.334	1.415
-Batata Doce	7.683	7.706	8.439	8.897	8.685	7.751
-Feijão	503	525	536	572	509	365
-Mandioca	11.887	11.728	11.945	12.528	11.936	10.601
-Milho	730	737	790	814	704	628
-Batata Inglesa	3.605	3.578	3.273	2.848	3.758	4.368
-Cebola	3.490	5.628	4.923	5.053	6.094	9.334
-Laranja	17.692	16.323	15.004	17.345	14.559	17.219
-Tomate	7.414	7.651	6.786	12.100	15.030	20.377

Fonte: FIBGE - ANUÁRIOS ESTATÍSTICOS

(\*) Excluídos os anos de fortes irregularidades climáticas - secas ou enchentes de grandes proporções que são: 1951, 1952, 1953, 1958, 1964, 1966, 1970, 1974, 1976, 1979, 1980.

### Capítulo III - EMPREGO E RELAÇÕES DE TRABALHO

O conjunto de transformações ocorridas na agricultura nordestina ao longo das últimas décadas resultaram em importantes mudanças na estrutura do emprego e, principalmente, nas relações de trabalho. O objetivo deste último capítulo é, precisamente, examinar como comportam-se as condições de emprego e relações de trabalho sob o impacto dessas transformações.

Uma análise sumária da evolução da população rural da região, demonstra uma importante inflexão nos anos sessenta, na tendência à redução de sua taxa de crescimento (Tabela XIII). Isto certamente corresponde à importância da incorporação da fronteira agrícola que permite a absorção no próprio meio rural, de parcela do excedente da população continuamente produzido pelo setor primário da região.

As informações sobre população economicamente ativa mostram-se bastante semelhantes às da população total. Apesar das mudanças de critérios estatísticos na sua medição são idênticas as tendências observadas: redução do crescimento com inflexão nos anos sessenta. Há na análise da composição por sexo da PEA, dois aspectos que merecem ser ressaltados: em primeiro lugar, nos anos sessenta, a mencionada inflexão só ocorre para a PEA masculina, mas não para a PEA feminina. Este fato tem um significado preciso; quando se expandem as oportunidades de emprego estas são absorvidas prioritariamente pelos homens. Ao contrário, como ocorre nos anos setenta, quando estas oportunidades declinam, a PEA masculina decresce em termos absolutos ou, mais precisamente, migra

em busca de trabalho.

O declínio do crescimento tanto da população total quanto da PEA; em especial da PEA masculina são justificadas por um intenso fluxo migratório. Tomando-se o crescimento natural da população rural nas duas últimas décadas, fica patente o crescente diferencial entre este último e o crescimento da população residente. Nos anos sessenta, para um crescimento natural de 35,8%, temos um crescimento da população total da ordem de 13,2%. Para a década seguinte estes números são respectivamente 31,4% e 4,6%.<sup>(1)</sup>

Sugerem as informações anteriores que a agricultura nordestina, em decorrência das transformações recentes, tem sido crescentemente incapaz de gerar novos empregos produtivos a ritmo idêntico ao do crescimento de sua força de trabalho. Contudo, o mais grave é que, mesmo para a população que não se constitui em definitivo como população excedente e, portanto, não migra, as condições de emprego e remuneração caracterizam-se pela extrema precariedade. Para os anos setenta, década crucial na consolidação do novo padrão de crescimento da agricultura regional, o subemprego visível atingiu de 25% a 30% da PEA. Em 1980, o subemprego invisível englobou 82,4% da PEA total; 79,6% da PEA masculina e 96,2% da PEA feminina.<sup>(2)</sup>

A compreensão das razões que determinam as duas tendências apontadas anteriormente; crescente migração rural e precariedade das condições de emprego e remuneração; supõe, necessariamente,

---

(1) Dados extraídos da Tabela XIII e de: BRASIL-SUDENE-CPR - Indicadores Sociais do Nordeste. Recife, Sudene, 1983.

(2) Dados extraídos de: BRASIL-SUDENE-CPR - Indicadores... op.cit.

uma análise detalhada do papel que cumpre a pequena exploração agrícola no emprego da força de trabalho. Enquanto o êxodo rural está intimamente associado à supressão da pequena exploração agrícola, o subemprego e a subremuneração da força de trabalho vinculam-se as condições de sua reprodução e preservação.

Partindo da hipótese de que a sorte da pequena produção agrícola; seja ela interna à grande propriedade ou dela independente; está determinada pelas transformações que ocorrem nas grandes explorações, dois aspectos hão de ser detalhadamente examinados: aqueles decorrentes de mudanças nos processos produtivos e os que resultam de modificações no uso da terra.

Para analisar as modificações que tiveram como resultado a supressão da pequena exploração e uma transformação radical das relações de trabalho tomemos, inicialmente, as decorrentes da tecnificação da produção, em particular, aquelas referentes à lavoura da cana-de-açúcar. Nesta cultura, até recentemente, a pequena exploração agrícola subsidiaria a grande exploração, desempenhava importante papel. Até meados dos anos 50, coexistiam com a grande exploração, nas áreas menos férteis e mais distantes, pequenos "arrendamentos" onde se produzia culturas de subsistência.

"Na área açucareira ainda há um grupo econômico que a usina vem eliminando, mas que teve na primeira metade do século XX relativa importância e, em certas áreas, até uma grande importância - a dos foreiros. Estes surgiram ainda na época da escravidão e eram homens que viviam em áreas mais distantes dos engenhos, cultivando lavouras de subsistência e pagando ao proprietário um pequeno aluguel anual. Nas épocas de maior trabalho nos engenhos - plantio e colheita - costumavam os foreiros dar ao proprietário alguns dias de trabalho por semana, às vezes gratuitos, às vezes por ínfimos salários; era a "condição ou o "cambão" ..."(3)

---

(3) ANDRADE, Manoel Correia de. A Terra e o Homem no Nordeste. São Paulo, Brasiliense, 3a. ed., 1973, p.121.

Como se vê, o grupo de foreiros está longe de constituir u ma camada de arrendatários independentes. Ao contrário, cumprem um duplo papel para a grande exploração: permitem a exploração das áreas menos lucrativas e garantem uma oferta cativa de mão-de-obra em épocas de grandes necessidades. Não é por outra razão que este tipo de pequena exploração e de relação de trabalho é suprimida quando a grande lavoura encontra condições de mercado favoráveis à sua expansão, necessitando de novas terras para ampliação da produção. Desta maneira, a monocultura da cana substitui de maneira radical as lavouras de subsistência realizada nesses pequenos arrendamentos. O foreiro, por sua vez, ou foi expulso, proletarizando-se - o que constituiu a situação mais comum - ou quando as condições econômicas lhe permitiram, tornou-se, de fato, um pequeno arrendatário, cultivando cana-de-açúcar. As indicações são de que já na metade dos anos 50, este processo havia se completado:

"Infelizmente não dispomos de dados estatísticos sobre o assunto, mas, da observação direta do campo, podemos afirmar que, entre 1945 e 1955, foi grande a área, outrora ocupada por foreiros, que foi conquistada pela cana-de-açúcar e grande o número de foreiros que teve que afastar-se da atividade a que se dedicava"<sup>(4)</sup>

Já a partir de meados dos anos 50, os trabalhadores assalariados são amplamente predominantes na lavoura canavieira. Há nessa época três grupos básicos de assalariados: em primeiro lugar os temporários, que se empregam sazonalmente em períodos de maior atividade e se subdividem em dois subgrupos; o de proletários que residem nas vilas e povoados das imediações, e, o de pequenos pro

---

<sup>(4)</sup> ANDRADE, Manoel Correia de. A Terra e o Homem... op.cit., p.122.

prietários que assalariam-se periodicamente, em virtude do ciclo agrícola de suas lavouras. Contudo, o grupo mais numeroso de trabalhadores é o constituído por "moradores", cujas relações de assalariamento encontram-se, em grande parte, mescladas de relações extraeconômicas.

"O morador fixado em um sítio tem uma série de obrigações para com o proprietário, sendo a principal delas a de dar-lhe um certo número de dias de trabalho por semana. Nos demais dias, ele pode, com a ajuda da família, cultivar a área em torno da casa qualquer lavoura temporária; as permanentes, como a bananeira e o cafeeiro são, terminantemente, proibidas a fim de que o morador, em caso de mudança, não possa pleitear indenização."<sup>(5)</sup>

O processo de proletarização radical desses moradores, cuja contrapartida é a extinção dos sítios ou das pequenas explorações de subsistência, ganha impulso nos anos 60. A rigor, este processo desdobra-se em várias etapas, sendo essencial a separação dos elementos que, sucessivamente, o impulsionam. Inicialmente, é a especialização no uso da terra que responde pelas mudanças nas relações de trabalho. No âmbito dessa especialização, tem importância a superação do sistema de cultivo fundado na rotação de terras, associado ao expansionismo da cana, que suprime progressivamente o espaço para as pequenas lavouras de subsistência. Em decorrência, torna-se imperativo a emergência de novas relações de trabalho compatíveis com o novo processo produtivo.

"À proporção que o processo usineiro evolui, a área cultivada com cana vai aumentando e os proprietários não só restringem os sítios dos moradores, tirando-lhes as áreas mais favoráveis como exigem dos mesmos cinco ou seis dias de serviço por semana

---

(5) ANDRADE, Manoel Correia de. A Terra e o Homem... op.cit., p.123.

nos seus canaviais, o que impede os trabalhadores de cuidarem de seus roçados. Vai então se processando gradativamente a proletarização da massa camponesa."<sup>(6)</sup>

A proletarização radical dos moradores empregados na lavoura canavieira torna evidente os desequilíbrios na demanda de mão-de-obra decorrentes do ciclo agrícola, tornando antilucrativo para os proprietários manter, nos engenhos ou usinas, uma grande massa de trabalhadores permanentes para os quais só há ocupação durante parte do ano. Anteriormente, quando da existência dos sítios, era possível pagar salários monetários mais reduzidos e a força de trabalho mantinha-se ocupada nas lavouras de subsistência obtendo aí parte de seu sustento.

A progressiva definição das relações de trabalho em direção ao assalariamento puro, cria assim uma redundância da força de trabalho durante parte do ano agrícola. É neste contexto de criação de uma população excedente que deve ser compreendida a nova onda de proletarização que ocorre a partir de meados dos anos 60, após a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural. Ao estender um conjunto de benefícios que eram privilégios do trabalhador urbano ao trabalhador rural, o ETR significou um encarecimento desta força de trabalho.

Frente ao excedente de força de trabalho produzido pelo processo de especialização da lavoura canavieira, os grandes proprietários puderam enfrentar esta nova situação, sem incorrer em grandes custos. A certeza de contar com uma oferta adequada de mão-de-obra nas fases mais necessárias, levou à expulsão de grande con

---

(6) ANDRADE, Manoel Correia de. A Terra e o Homem... op.cit., p.123.



tingente de moradores, provocando sua proletarização radical. Man-  
teve-se apenas nas propriedades, um número de trabalhadores compa-  
tível com as necessidades mínimas permanentes da lavoura, contra-  
tando-se, nas fases de pico, trabalhadores temporários.

O processo referido anteriormente dá origem a um numeroso  
contingente de força de trabalho desruralizada, sem local fixo de  
trabalho, submetida a elevado subemprego sazonal decorrente do ca-  
lendário agrícola. A tecnificação da produção, que ocorre princi-  
palmente a partir de meados dos anos 60, só faz reforçar esta ten-  
dência. Isto porque ao incidir principalmente nas duas primeiras  
fases do processo produtivo - plantio e tratos culturais - acentua  
o desequilíbrio sazonal da demanda por força de trabalho, reforçan-  
do as razões econômicas para a contratação de mão-de-obra temporá-  
ria.

Como se viu, na lavoura da cana-de-açúcar, a especialização  
secundada pela tecnificação, além de transformar as relações de  
trabalho, submete a mão-de-obra a um elevado subemprego. Neste ca-  
so, a tecnificação, ao acentuar os desequilíbrios próprios do ca-  
lendário agrícola, agrava a situação. Contudo, é a especialização  
com a supressão das lavouras de subsistência, que inviabiliza as  
tradicionais relações de produção e forma de utilização da força  
de trabalho. Desta maneira, mesmo nas grandes lavouras, onde não  
se efetiva uma tecnificação da produção, a impossibilidade de com-  
binação com a pequena exploração agrícola, implica também num al-  
to grau de subemprego da mão-de-obra. Tomemos o cacau como exem-  
plo:

"O fato de as exigências da lavoura cacauzeira só reclamarem  
grande emprego de mão-de-obra durante certa fase do ano, acarreta,  
no plano social, efeitos da maior importância e profundidade, quais  
sejam:

(a) As fazendas contam geralmente com um número reduzido de casas de trabalhadores. Em compensação, dispõem de alojamento onde se instalam precariamente os operários rurais que a elas ocorrem para trabalhar durante a colheita (...)

(b) A massa trabalhadora reside, na sua maior parte, nas pequenas cidades e vilas da região bem como em numerosos povoados(...)

(c) Despedida em massa ao término de cada colheita, a população obreira não residente nas fazendas fica desempregada durante grande parte do ano, a correspondente ao período de "paradeiro". Trata-se de desemprego sazonal relacionado com o calendário agrícola da lavoura cacaueteira."<sup>(7)</sup>

Afora as transformações havidas nas relações de trabalho por conta da especialização, secundada ou não pela tecnificação, há efeitos semelhantes sobre o emprego e o êxodo rural, que são ocasionados pelas modificações no uso da terra. Sem dúvida que neste caso o processo mais relevante é o da pecuarização, seja em áreas antigas ou de fronteira. Realizando-se integralmente, quando suprime a pequena produção agrícola, ou parcialmente, quando reduz o seu espaço e tempo de duração, a pecuarização produz impactos ainda mais adversos sobre a situação social.

Na região Agreste, enquanto predominou a pecuária semi-extensiva, foi possível a preservação da pequena exploração agrícola. A combinação dessas atividades dava suporte a um tipo determinado de relações de trabalho, o pequeno arrendamento, envolvendo grandes proprietários e pequenos agricultores. São as seguintes, as formas que assumia este arrendamento:

---

(7) MELO, Mário Lacerda de. Regionalização Agrária do Nordeste... op. cit., p.151.

"a) a do arrendamento de áreas, pelo grande proprietário pecuarista a pequenos agricultores não residentes, para culturas consorciadas de curto ciclo pelo período de apenas dez meses, recebendo o dono da terra, com o pagamento pela utilização da gleba (arrendamento ou parceria) o campo coberto com a resteva ou palha das lavouras, a qual se destina a alimentação dos seus animais;

b) a de cessão, pelo fazendeiro, de terras cobertas, sem cobrança de arrendamento, porém, mediante compromisso do pequeno agricultor de restituí-las devidamente desmatadas para a ampliação de pastagens; (...)"<sup>(8)</sup>

Este tipo de atividade agrícola é de importância fundamental, devido a geração de uma massa considerável de empregos que beneficiam, principalmente, pequenos agricultores empobrecidos, cujas terras pela degradação ou exigüidade, são insuficientes para ocupar produtivamente a força de trabalho familiar. Com a capitalização da pecuária, suprime-se esta importante fonte de emprego adicional para os minifundiários. Isto porque a fundação de pastagens permanentes - em geral realizada pelos pequenos agricultores, que pagam, desse modo, a renda da terra - inviabiliza a combinação sazonal de atividades. Iniciando-se pela restrição às culturas de ciclo mais longo; como o algodão; a pecuarização torna-se definitiva numa segunda etapa, onde já não é mais possível a convivência da pecuária com culturas de curto ciclo.

"Passaram, então, os fazendeiros a se interessar pela ampliação de seus rebanhos e foram deixando de ceder glebas aos pequenos agricultores sem terra, mediante as compensações tradicionais... Passou a predominar a relação social de produção, segundo a qual o pequeno agricultor sem terra compensa o proprietário, através do plantio de capim ou de palma na área cultivada. (...)

---

<sup>(8)</sup> MELO, Mário Lacerda de. Regionalização Agrária... op.cit., p.164.

O mesmo tipo de interesse cedo levou o pecuarista a reduzir o período de tempo do arrendamento, ajustando-o às necessidades das lavouras do feijão e do milho, excluída a cultura do algodão, antes de tão grande importância na maior parte dos espaços agrários.<sup>(9)</sup>

Para melhor entender o impacto da pecuarização sobre as condições de emprego e as relações de trabalho, nesta região, é necessário fazer referência ao grupo dos pequenos proprietários, que constituem os maiores demandantes das terras sob a forma de arrendamento temporário. Nos anos 60, quando se inicia o processo de pecuarização nesta região, os pequenos proprietários estão longe de constituir um grupo homogêneo.

"Estes pequenos proprietários formam, inegavelmente, uma classe média rural que tem um nível de vida bem inferior ao dos grandes e médios proprietários, mas uma situação econômica e social bem superior a dos trabalhadores sem terra. Entre eles, porém, há um acentuado escalonamento econômico, escalonamento este que é determinado não só pela extensão da propriedade, como também pela sua localização e pela fertilidade dos solos de que ela dispõe. Assim, o povo, em sua sabedoria empírica, chama de "sitios" aquelas parcelas maiores de terras, mas chama de "chão de casa" aqueles pequenos lotes de menos de um hectare."<sup>(10)</sup>

Os efeitos da extinção do pequeno arrendamento sobre o grupo de pequenos proprietários é diferenciado estabelecendo-se pelo menos três trajetórias distintas. Para a pequena fração mais abastada desses agricultores, a pecuarização não tem significado maior. Isto porque sua localização em terras mais férteis permi-

---

(9) MELO, Mário Lacerda de. Os Agrestes - estudo dos espaços nordestinos do sistema gado-policultura de uso de recursos. Recife, SUDENE/CPR, 1980, p.537/538.

(10) ANDRADE, Manoel Correia de. A Terra e o Homem... op.cit., p.160.

te a substituição das tradicionais lavouras de subsistência, pela cultura de hortifrutigranjeiros. Estes cultivos, além de utilizarem mais intensamente mão-de-obra, também caracterizam-se pela rotação de culturas, o que reduz desemprego temporário determinado pelo calendário agrícola.

O grupo mais numeroso de pequenos proprietários, constituído por aqueles que tem como atividade econômica principal as lavouras de subsistência, é afetado pela pecuarização, na medida em que esta significa a supressão de oportunidades de empregos produtivos. Parte da força de trabalho familiar é assim obrigada a buscar emprego em outras atividades, não raro migrando definitivamente para as cidades. Aliás, a alternativa do êxodo rural é a única que se põe para a camada mais pobre de pequenos agricultores. Como suas terras perderam ao longo do tempo a função econômica - pela degradação e pela subdivisão - tornando-se apenas local de moradia, a grande redução da oferta de empregos provocada pela pecuarização força estes agricultores a migrarem e venderem suas terras. (11)

Em outras regiões e, mais particularmente no Sertão, o processo de pecuarização não avança tanto quanto no Agreste, face a um conjunto de limitações, dentre os quais os edáficos e climáticos. Contudo, mesmo assim, implica mudanças que embora secundárias, têm importantes impactos no emprego da força de trabalho. A combinação agrícola predominante, constituída do trinômio pecuária - algodão - culturas de subsistência, gerou um conjunto de relações de produção peculiares entre grandes proprietários e peque-

---

(11) Para uma análise detalhada dos efeitos da pecuarização na região Agreste sobre o êxodo rural e a concentração fundiária, ver: MELO, Mário Lacerda de. Os Agrestes... op.cit. p.537 a 540.

nos agricultores, que transformam-se parcialmente com o advento da pecuarização.

No âmbito da grande propriedade coexistem a pecuária, atividade de maior interesse do grande proprietário, por ele realizada diretamente através de assalariados, e as lavouras de subsistência, tarefa de pequenos agricultores. Como complemento da pecuária, realizada em terras da grande propriedade, as lavouras de subsistência são produzidas a partir de um conjunto diverso de relações de produção. Desta maneira, o grande proprietário garante tanto o pasto para o gado no verão, pela utilização da palha das culturas, quanto parcela do excedente das lavouras.

Afora o assalariamento, que é uma relação quase exclusiva da pecuária, as relações de trabalho predominantes são: a sujeição, a parceria e o pequeno arrendamento. A diferença entre elas reside no montante e na forma pela qual a renda da terra é paga. A relação de sujeição por exemplo, assemelha-se a do foreiro, da zona canavieira nos anos 50. Além do pagamento da renda da terra, estipulada em quota-parte da produção, o morador obrigava-se a trabalhar na lavoura do proprietário, com salário reduzido, durante alguns dias na semana.

As outras duas relações de maior importância, são a parceria e o arrendamento. Sua diferença consiste em que na primeira a renda da terra é estipulada em quota-parte da produção obtida, enquanto na segunda é estabelecido, antecipadamente, um montante de produto a ser pago por cada hectare arrendado. Todas as três relações, contudo, tem em comum a participação indireta do grande proprietário no processo produtivo, seja no adiantamento do conjunto de mercadorias necessárias ao agricultor, seja mais decisi-

vamente na comercialização do produto final.<sup>(12)</sup>

A fixação da renda da terra ou da obrigação do morador varia dentro de certos limites nas diferentes localidades. O estabelecimento das mesmas, contudo, é presidido por uma lógica mais geral. Se a atividade agrícola constitui um complemento da pecuária, a única forma possível de realizá-la numa situação de alto risco climático é através das pequenas explorações. A fixação da renda tem, por consequência como parâmetro, a reprodução da mão-de-obra familiar, variando portanto diretamente com a fertilidade das terras. Secundariamente, o grau de envolvimento do grande proprietário no processo produtivo, através dos adiantamentos, também constitui elemento definidor do montante da renda aumentando na medida de sua participação e vice-versa.

Embora as condições de clima e solo não tenham permitido um avanço da pecuarização, com a intensidade que ocorreu na região A greste, já vimos anteriormente que este se processou com a mesma intensidade em áreas localizadas e de maneira parcial num amplo conjunto de sub-regiões sertanejas. A pecuarização radical implica na extinção da pequena exploração agrícola, através da conversão definitivas das áreas em pastagens, atuando como importante fator de êxodo rural. Entre 1970 e 1980 há indicações da ocorrência deste fenômeno em várias microrregiões sertanejas. Prova incontestante disto é o aumento do número de ocupantes, que é a forma pela qual os censos registram os arrendatários que pagam a renda através do plantio do capim.<sup>(13)</sup>

---

(12) Uma descrição exaustiva dessas relações de produção podem ser encontradas em: ANDRADE, Manoel Correia de. A Terra e o Homem... op. cit., p.204/205 e SILVA, Marlene Maria da. O Sertão Norte... op.cit., p.148 a 154.

(13) Dados extraídos de: SILVA, Marlene Maria da. O Sertão Norte... op. cit.p.162 a 166.

Contudo, os efeitos mais importantes sobre as relações de trabalho e o emprego são aqueles provocados pela pecuarização parcial. Esta implica em que o algodão seja suprimido do consórcio, nas pequenas explorações agrícolas, reduzindo o prazo pelo qual as terras são cedidas anualmente a pequenos agricultores. A primeira consequência deste fato é a ampliação do desemprego sazonal a que estão submetidos os pequenos agricultores. Com a supressão do algodão que tem ciclo mais longo, as terras são entregues mais cedo aos grandes proprietários para que o gado possa utilizar a palha das culturas de subsistência como pasto.

Outra consequência importante desta pecuarização parcial é a substituição progressiva das relações de arrendamento pela parceria<sup>(14)</sup>. O crescente interesse pela pecuária, simultaneamente com a supressão do algodão - lavoura comercial por excelência do consórcio - leva os grandes proprietários a desinteressarem-se pelo arrendamento, onde a fixação em produto da renda visava, sobretudo, esta cultura. Com a parceria das culturas alimentares, garante-se o que é fundamental: alimentação para o gado no período seco. Por outro lado diminui-se os adiantamentos aos pequenos agricultores, reduzindo-se ainda mais os riscos.

Paralelamente às mudanças que ocorrem nas relações de produção, a forma pela qual se expande a agricultura sertaneja, sob o impulso da pecuarização, conduz ao agravamento da situação social durante os anos de seca. A multiplicação das pequenas explorações no seio da grande propriedade, com a redução de sua área média e supressão do algodão, ao realizar-se em terras de menor fertilidade, tornam a produção de alimentos mais vulnerável às se

---

(14) Idem, ibidem, p.164.



cas. Por isto, esta, quando ocorre, converte-se num cataclismo social.

O último aspecto a ser examinado quanto às transformações provocadas nas relações de produção pelas mudanças ocorridas na utilização das terras refere-se à fronteira agrícola. Nesta última, o traço mais marcante é o da rapidez com a qual são substituídas as relações de trabalho, configurando-se em curto período de tempo, a proletarização radical e o êxodo rural. Do final dos anos 50 até início dos setenta, a fronteira agrícola, que constituiu um importante meio de absorção do excedente de mão-de-obra rural do restante da agricultura nordestina, converte-se progressivamente também em uma área produtora desses excedentes.

As duas relações de trabalho que predominam nesta região são a do posseiro e a do arrendatário, sucedendo-se numa mesma área ou convivendo em espaços distintos segundo a data de sua ocupação. Inicialmente, pela ausência de propriedade privada da terra, são os posseiros que realizam a ocupação através de uma agricultura itinerante, cujos vínculos com o mercado se estabelecem através de uma intrincada rede de comercialização.

Esta ocupação realizada pelo posseiro não possui caráter permanente. Além do primitivismo da agricultura que realiza, esgotando, em pouco tempo, os solos, o posseiro é continuamente empurrado para adiante, pela definição da propriedade privada das terras e pelas novas relações de trabalho que traz em seu bojo:

"É de se notar que, às vezes, e em grande percentagem, o imigrante em sua própria vida passou por várias experiências migratórias, localizando-se em várias regiões temporariamente, até atingir a nova e última área pioneira. Indagados sobre a razão de

tal procedimento, dizem que se deslocam em vista do "açambarcamento" das terras, outrora livres, depois do registro forjado por grilheiros que têm acesso fácil à máquina administrativa do Estado, os quais procuram obrigar o imigrante e colonizador ao expropriativo processo de meação, do qual ele se desloca fugindo. Às vezes, a fuga se dá depois de atritos violentos; outras vezes após indenização da área cultivada pelo colonizador."<sup>(15)</sup>

Fica, portanto, patente o caráter móvel da fronteira agrícola, com os posseiros deslocando-se continuamente para novas áreas. Aos agricultores que ficam nas áreas antigas, resta a alternativa de permanecer como arrendatário das grandes propriedades, salvo raras exceções, quando obtêm o título definitivo de propriedade da terra. O arrendamento na grande propriedade é apenas um estágio para a proletarianização definitiva dos pequenos lavradores. Quando o interesse do grande proprietário pela pecuária é imediato, o pagamento da renda da terra é feito com o plantio do capim, efetivando-se imediatamente a pecuarização.

Quando, por razões diversas, as áreas agriculturáveis não são convertidas imediatamente em pastagens, o agricultor permanece algum tempo como arrendatário. Além da renda, estabelecida em produto, o arrendatário, em geral, é vítima de expedientes mercantis-usurários que lhe extorquem o excedente. Este é o caso, por exemplo, das regiões de maior vocação para as lavouras que, pela sua maior produtividade, conseguem resistir ao ímpeto da pecuarização. Contudo, mesmo nessas áreas ou o processo produtivo transforma-se, tecnificando-se progressivamente, ou o que é mais comum, o esgotamento dos solos converte-os em pastagens, extinguindo-se

---

(15) JORNAS, Helvécio. Dinâmica da Ocupação do Meio Rural do Noroeste Maranhense. Recife, SUDENE/D.A.A., 1974, p. 16.

em ambos os casos as relações de arrendamento.<sup>(16)</sup>

Mesmo quando há terras livres a apropriar, a ocupação da fronteira agrícola se faz de molde a expelir para novas áreas, antigos posseiros aos quais se agregam ex-arrendatários e novos migrantes. Esta capacidade de absorção é mantida pela maior ou menor facilidade de ocupação de novas áreas, mas, fundamentalmente, pelo mecanismo de apropriação dessas terras. É a sua inversão a partir dos anos 70 que modifica drasticamente as possibilidades de absorção de novos excedentes de população.

"Como, porém, o bloqueio da fronteira agrícola implica em uma redução violenta da sua capacidade de receber migrantes, as alternativas restantes para as populações do campo consistem em permanecer onde se encontram, continuando em situação de miséria rural, e a de migrar para as cidades maiores, fazendo-as inchar, e, nelas viver em situação de miséria urbana."<sup>(17)</sup>

Em síntese, o bloqueio da fronteira agrícola não só impede a expansão do número de posseiros como, ao converter as novas terras apropriadas diretamente em pastagens, reduz o tempo de duração do arrendamento comumente para uma única safra. A partir deste momento, intensifica-se o êxodo rural, e com ele a proletarianização radical de grande contingente de pequenos agricultores.

A análise do impacto das transformações ocorridas nos processos produtivos e na utilização das terras sobre as relações de trabalho e o emprego, demonstraram claramente que a pequena explo

---

<sup>(16)</sup> A descrição pormenorizada das formas de arrendamento na fronteira agrícola encontra-se em: MELO, Mário Lacerda de. O Meio Norte... op. cit., p.216 a 218.

<sup>(17)</sup> MELO, Mário Lacerda de. O Meio Norte... op.cit., p.219.

ração agrícola, quando não foi suprimida, teve as suas relações com a grande propriedade redefinidas. Do conjunto dessas mudanças a conclusão geral a inferir é que a partir dos anos setenta, a pequena produção agrícola perde continuamente sua função produtiva. Como entender, portanto, o papel crescente desempenhado pelos pequenos estabelecimentos no emprego da força de trabalho rural?

Os dados da Tabela XIV mostram uma crescente participação dos estabelecimentos agrícolas de menos de 10 hectares no emprego total da agricultura. Embora o número de empregos esteja superestimado, pois o Censo Agropecuário toma o estabelecimento como unidade pesquisada - e não a residência do trabalhador - ocasionando a dupla contagem, como o critério é o mesmo nos vários Censos, as informações podem ser comparadas com boa margem de segurança.

É certo que o ritmo de crescimento do emprego nas pequenas explorações é decrescente quando se comparam sucessivamente as várias décadas. Contudo, chama a atenção o fato de, ainda nos anos 70, onde ocorrem as transformações mais radicais nas relações de produção, o emprego nos pequenos estabelecimentos continuar aumentando tanto em termos relativos quanto absolutos. Nas duas primeiras décadas ainda é expressiva a função produtiva da pequena produção, reforçada pelo seu papel na ocupação da fronteira interna dos estabelecimentos e, posteriormente, na incorporação da fronteira agrícola. Contudo isto não é verdadeiro para os anos setenta.

A única explicação para a continuidade do crescimento do pessoal ocupado nos pequenos estabelecimentos a partir de 1970, face às transformações já apontadas, que implica, com raras exceções

na perda da função produtiva das pequenas explorações, é o reforço do seu papel como reservatório de força de trabalho. Em síntese, o aumento do pessoal ocupado nas pequenas explorações é a contra-face da ampliação do desemprego e subemprego no meio rural, quando não, o último estágio no caminho da migração e da proletarização radical.

## Tabela XIII

N O R D E S T EPopulação Total e População Economicamente Ativa no Meio Rural  
1950/1960/1970/1980

	POPULAÇÃO RURAL TOTAL		POPULAÇÃO RURAL ECONOMICAMENTE ATIVA					
	Número	Crescimento Anual (%)	Total	Cresc. Anual (%)	Homens	Cresc. Anual (%)	Mulheres	Cresc. Anual (%)
1950	13.288.605	1,04	2.819.126	1,94	2.633.970	1,56	185.156	6,33
1960	14.748.192	1,24	3.418.926	4,33	3.076.590	4,17	342.336	5,63
1970	16.694.173	0,44	5.224.829*		4.632.343	(-)1,00	592.486	
1980	17.459.516		5.628.796**	0,74	4.193.532		1.435.264	9,25

Fonte: FIBGE.- CENSOS DEMOGRÁFICOS

\* inclui pessoas que procuram trabalho pela primeira vez.

\*\* inclui, pela primeira vez, as pessoas que trabalham sem remuneração mais de 15 horas semanais.

Tabela XIV  
N O R D E S T E

Pessoal Ocupado por Estrato de Área  
1950/1960/1970/1975 .

Estratos	Anos	1950		1960		1970		1975	
		Nº	% do total	Nº	% do total	Nº	% do total	Nº	% do total
0-	10	1.514.217	34,9	3.017.936	45,3	4.272.987	56,4	5.068.714	58,3
10-	50	1.209.197	27,9	1.747.070	26,2	1.768.003	23,5	1.955.920	22,5
50-	100	435.249	10,4	613.225	9,2	528.854	7,1	590.430	6,8
100	+	1.157.938	26,8	1.279.413	19,3	976.546	13,0	1.080.159	12,4
T O T A L		4.334.601	100,0	6.657.644	100,0	7.546.100	100,0	8.695.231	100,0

Fonte: CENSOS AGRÍCOLAS 1950 e 1960

CENSOS AGROPECUÁRIOS 1970 e 1975

## CONCLUSÕES

A agricultura nordestina ao longo das duas últimas décadas e, em particular nos anos setenta, passou por intensas transformações. A característica principal dessas mudanças foi, sem dúvida, sua natureza desigual, expressando-se na existência de setores e atividades dinâmicas e outros estagnados. Como resultado, a agricultura regional tornou-se mais heterogênea, sob vários pontos de vista: quanto a tecnificação; à utilização das terras e as relações de trabalho.

O aspecto central a destacar desse desenvolvimento desigual é o referente ao papel desempenhado pela pequena produção agrícola, na medida em que constitui uma síntese das mudanças antes aludidas. Vimos que a principal característica desta agricultura, no início do período analisado, era a combinação entre propriedade da terra concentrada e desconcentração da exploração agrícola. Mais precisamente, a crucial importância da pequena produção como meio de exploração da grande propriedade fundiária. A partir da constatação da supressão ou redefinição do papel dessas pequenas explorações, a tarefa que se põe a seguir, é, indicar as razões que permitiram essas mudanças.

Antes de examinar detalhadamente os vários tipos de pequena produção e as razões que determinaram sua transformação, conviria fazer referência a dois aspectos centrais que constituem as pré-condições para as mudanças: em primeiro lugar, tem-se a ampliação dos mercados que é resultado do crescimento urbano-industrial, crescimento este extremamente diferenciado para os vários produtos. Em segundo lugar, as condições de crédito que esta



beleçem-se de maneira nova a partir de meados dos anos 60, caracterizando-se também pela oferta diferenciada e seletiva.

Isto posto, examinemos inicialmente, a pequena produção subsidiária à grande lavoura ou mais exatamente aquela realizada por moradores, que são simultaneamente assalariados na grande exploração. Nas culturas onde a estabilidade do mercado e o crédito agrícola permitem uma transformação do processo produtivo, esta forma de pequena exploração é suprimida. Há duas razões para que isto ocorra: à sua incompatibilidade com o novo processo produtivo, vem somar-se a possibilidade de pagar salários monetários durante o período de entressafra, devido a ampliação do crédito agrícola. Dadas as pré-condições anteriores, os desequilíbrios na demanda de força de trabalho próprias do ciclo agrícola, acentuados pela tecnificação, tornam o processo irreversível.

Quanto a pequena produção resultante das várias formas de arrendamento e parceria, em geral com caráter sazonal e fruto da associação da pecuária com as lavouras de subsistência, vimos que a sua supressão ocorre em determinadas regiões, enquanto em outras persistem, embora transformadas. A extinção desta forma de pequena exploração é resultado de vários fatores: antes de mais nada, exige-se um mínimo de condições edáficas e climáticas que possibilitam à pecuária especializada delinear-se claramente como atividade mais rentável.

Dado este pressuposto, a grande expansão do mercado do leite e da carne, constituem o estímulo principal para a mudança, suportados por uma política de crédito de incentivo à produção. Aliás neste caso, esta última não joga papel tão crucial quanto no caso das lavouras. Não só as necessidades de força de trabalho da pecuária são mais reduzidas; diminuindo os requerimentos de capital circulante para o pagamento de salários; como o investimento

inicial para a formação de pastagens faz-se através de mecanismos específicos de exploração como o do pagamento da renda da terra com o plantio de pastos.

Na fronteira agrícola, a pequena exploração tem vida breve. Nasce inicialmente como pequena exploração independente, resultado da produção contínua de um excedente de população nas áreas antigas. Na medida em que realiza o processo de ocupação da fronteira, torna viável a sua disputa posterior por outras atividades e formas de exploração agrícola. Isto ocorre por duas razões: pela efetivação do desmatamento que constitui o custo inicial de desbravamento e, pela criação de uma disponibilidade mínima de força de trabalho que resulta do fluxo contínuo de migração.

Nessa região, em áreas de maior fertilidade, que são ocupadas previamente por pequenos agricultores, não há nenhum mecanismo econômico, que assegure a sua substituição pela grande exploração pecuarista. Ao contrário das áreas de menor fertilidade, que pela natureza itinerante da agricultura não se constituem em objeto de disputa, nas áreas melhores, a pequena produção só é desalojada através de procedimentos extraeconômicos como a grilagem e a violência.

A última forma de pequena exploração a ser examinada, é a pequena propriedade, independente dos latifúndios. A sua transformação ocorre em uma dupla direção: a primeira delas, abrange uma pequena fração das mesmas, exatamente aquelas que possuem uma dimensão econômica mínima e estão situadas em zonas de maior fertilidade. Para estas as mudanças ocorrem principalmente através da substituição do cultivo das lavouras de subsistência pelo cultivo de produtos cujo mercado é mais dinâmico como por exemplo, os hortifrutigranjeiros. Sua vantagem aparente em relação à grande exploração, neste ramo, deve-se ao tipo de cuidados e a intensidade

de trabalho que estas lavouras requerem.

Para a grande parcela das pequenas propriedades contudo, a transformação significa antes de tudo a perda crescente da sua função produtiva. Esta, por sua vez, resulta de dois fatores distintos: o esgotamento dos solos devido a processos rotineiros de cultivo e, a subdivisão da propriedade em razão da sucessão hereditária. A atenuação de pelo menos o primeiro aspecto, através de uma tecnificação da produção, foi obstaculizada pelo oligopólio mercantil e a conseqüente apropriação do excedente na esfera da comercialização.

Resumidamente, a análise da agricultura nordestina nas últimas décadas, demonstrou que a função produtiva da pequena exploração agrícola; em qualquer das suas formas; só pôde ser mantida num sistema de crescimento extensivo. Quando o processo de crescimento passa a ser intensivo, a pequena exploração ou é suprimida ou perde, progressivamente, a sua função produtiva, transformando-se paulatinamente em reservatório de força de trabalho.

## BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Manoel Correia de - Agricultura e Regionalização do Nordeste. Recife, SUDENE/DAA-DPE, 1969.
- \_\_\_\_\_ - A Terra e o Homem do Nordeste. 3.ed., São Paulo, Brasiliense, 1973.
- \_\_\_\_\_ - "Padrões da Agricultura Nordestina" in Recursos e Necessidades do Nordeste. Recife, BNB/ETENE, 1964.
- \_\_\_\_\_ - Áreas de domínio da pecuária extensiva e semi-intensiva na Bahia e Norte de Minas. Recife, SUDENE/CPR, 1982.
- BNB/SUDENE - Mercado e Comercialização do Algodão do Nordeste. Fortaleza, BNB/ETENE e SUDENE/DAA, 1964.
- BERNARDES, Nilo - "A Utilização da Terra no Nordeste" in Recursos e Necessidades do Nordeste. Recife, BNB/ETENE, 1964.
- BRASIL/SUDENE - GTDN: Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste. 2.ed., Recife, SUDENE/AT, 1967.
- \_\_\_\_\_ - I Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social (1961 - 1963). Recife, SUDENE/Divisão de Documentação, 1966.
- \_\_\_\_\_ - II Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social (1964 - 1965). Recife, SUDENE/Divisão de Documentação, 1967.
- \_\_\_\_\_ - III Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social (1966 - 1968). Recife, SUDENE/Divisão de Documentação, 1967.

BRASIL/SUDENE - IV Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social (1968 - 1973). Recife, SUDENE/Divisão de Documentação, 1968.

\_\_\_\_\_ - I Plano Nacional de Desenvolvimento: Programa de Ação para a Região Nordeste (1972 - 1974). Brasília, 1973.

\_\_\_\_\_ - II Plano Nacional de Desenvolvimento: Programa de Ação para a Região Nordeste (1975 - 1979). Brasília, 1975.

\_\_\_\_\_ - Caráter e Efeitos da Sêca Nordestina de 1970. Recife, SIRAC/SUDENE, 1973.

\_\_\_\_\_ - Indicadores Sociais do Nordeste. Recife, SUDENE-CPR, 1983.

\_\_\_\_\_ - Plano Integrado para o Combate Preventivo aos Efeitos das Sêcas no Nordeste. Recife, SUDENE, 1972.

CASTRO, Antonio Barros de - "O desenvolvimento recente do Nordeste" in 7 Ensaios sobre a Economia Brasileira. Rio de Janeiro, Ed. Forense, 1971, v.II.

DINIZ, José Alexandre Filizola - A área centro-ocidental do Nordeste. Recife, SUDENE/CPR, 1982.

DORNAS, Helvécio - Dinâmica da ocupação do Meio Rural do Noroeste Maranhense. Recife, SUDENE/DAA, 1974.

FURTADO, Celso - Dialética do Desenvolvimento. 2.ed., Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura, 1967.

MELO, Mario Lacerda de - O Meio Norte. Recife, SUDENE-CPR, 1983.

\_\_\_\_\_ - Os Agrestes - Estudo dos Espaços Nordestinos do Sistema Gado-Policultura de Uso de Recursos. Recife, SUDENE-CPR, 1980.

MELO, Mario Lacerda de - Regionalização Agrária do Nordeste. Recife, SUDENE-CPR, 1978.

- O Açúcar e o Homem: Problemas Sociais e Econômicos do Nordeste Canavieiro. Recife, FJNPS, 1975.

- Plano de Desenvolvimento do Agreste Meridional. Recife, CONDEPE, 1974.

MICHIGAN STATE UNIVERSITY/SUDENE - Processos de Mercado no Recife - Área do Nordeste Brasileiro. Recife, SUDENE/Divisão de Documentação, 1968.

PATRICK, G. F. - Desenvolvimento Agrícola do Nordeste. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, Relatório de Pesquisa nº 11, 1972.

SAMPAIO, Yony et alii - Política Agrícola no Nordeste. Brasília BINAGRI, 1979.

SÁ Jr., Francisco - "O desenvolvimento da agricultura nordestina e a função das atividades de subsistência" in Seleções CEBRAP nº 1, São Paulo, Brasiliense, 1975.

SILVA, Marlene Maria da - Sertão Norte: área do sistema Gado-Algodão. Recife, SUDENE-CPR, 1982.



